



28 de dez 2023

ATA

Sessão Ordinária de Novembro - 17FEV2023 (2.ª reunião)
N.º 15/2021-2025

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Troia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros, diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário e André Filipe Casqueira Guimarães; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos '**Unir Para Fazer**', José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Daniela Ribeiro Alegria; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador). O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António das Neves Rocha, foi substituído por José Falcão Ribeiro Arvins, Secretário da Junta de Freguesia.

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal: no Grupo Municipal do PSD, confirmada e justificada a ausência da primeira sucedânea Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves, o eleito Hugo Filipe Casqueira Coelho (suspensão de mandato por 365 dias) foi substituído pela segunda sucedânea Sara Marina Tomé Fernandes; justificada a ausência do quarto sucedâneo Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso, o eleito António José Flor Agostinho foi substituído pelo quinto sucedâneo Carlos Pedro da Silveira Coelho Ferreira; e o eleito Pedro Labrincha da Rosa Novo (suspensão de mandato por 305 dias) pela sexta sucedânea da lista, Diana Carolina de Jesus Santos Luzio Alves. No Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer', o eleito Pedro Miguel Cristo Graça foi substituído pela primeira sucedânea, Mariana da Silva Lopes, e o eleito João Pedro Ribau Casqueira foi substituído pelo segundo sucedâneo, Rui Manuel da Rocha Rufino. No Grupo Municipal do PS, o Manuel Modesto dos Santos foi substituído pelo sexto sucedâneo da lista, Gabriel de Almeida Fernandes, confirmadas e justificadas as ausências dos sucedâneos Carla Maria Madaíl Gandra Santos, Mariana Alvelos Silva, Alfredo Joaquim Alves de Sousa, Sónia Alexandra Fernandes Gomes e Miguel Ângelo Teixeira Andrade.

Os trabalhos desta segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, iniciaram-se no ponto 5 da Ordem do Dia, completada pelos seguintes pontos:

Ponto 5. "**Alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM)**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 6. "**4.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia - 2022**". Ato deliberativo: tomar conhecimento.

Ponto 7. "**Deliberações da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo de 14 de dezembro de 2022**". Ato deliberativo: tomar conhecimento.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Início dos Trabalhos

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (06':51")

«Minhas senhoras e meus senhores. Digníssimos membros da Assembleia Municipal de Ílhavo. Executivo Municipal. Caro público aqui presente. E todos os que nos através da transmissão streaming. Boa noite a todos.»

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':11")

«Vou pedir à segunda Secretária que faça a chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata. (08':02")

Período da "Ordem do Dia"

Ponto 5. "Alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM)".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':24")

«Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, retomando a Ordem do Dia na apreciação do Ponto 5, "Aprovação da Alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM)".

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação da proposta.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (09':41")

«Trata-se de um documento estratégico, de elaboração obrigatória que estabelece uma estratégia de desenvolvimento territorial municipal, que teve a sua alteração, tendo preocupações muito claras sobre aquilo que são as adaptações às alterações climáticas, mantendo a valorização dos ecossistemas. Trata-se de uma alteração e não de uma revisão. E vemos uma situação muito interessante que é a utilização sustentável do solo. É isso que nós vamos ter aqui, na apresentação do nosso vereador João Semedo.»

O suporte digital que serviu para a apresentação da proposta encontra-se apenas à presente Ata.

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (10':35")

«Se fosse possível, sr. Presidente, íamos fazer uma apresentação. Obrigado.

Apesar deste procedimento já vir desde 2018, entendemos que seria importante enquadrar os srs. Membros da Assembleia Municipal para perceberem, de uma forma rápida e mais genérica, o que é esteve envolvido neste procedimento de alteração.

O enquadramento é mesmo alteração legislativa e o novo quadro legal, nomeadamente 3 diplomas e que tiveram que ver com a reclassificação do solo.

A revisão do RJGT determinou novas regras para o solo, nomeadamente a extinção do solo urbanizável, passámos a ter só dois tipos de solo: o solo urbano e o solo rústico. No caso do solo urbano a classificação passou a ser muito mais ponderada, regras muito mais restritivas, a necessidade de existência de infraestruturas ou compromissos urbanísticos ou uma programação e sustentabilidade económica cofinanciada. Em termos de procedimento, a Câmara Municipal podia ter optado ou por um procedimento de revisão ou por um procedimento de alteração. À data foi determinado um procedimento de alteração, sendo um procedimento com carácter muito mais restritivo, mas com carácter específico.

Sendo com carácter específico, os seus termos de referência foram a questão do quadro legal, como falei anteriormente, a atualização das condicionantes, sejam as redes viárias ou outras estruturas ou infraestruturas que, entretanto, tenham sido construídas, a reavaliação das UOPG, as unidades operativas de planeamento e gestão, portanto a necessidade de reclassificação do solo e a previsão muito importante da capacidade financeira para a sua execução.

Alterações pontuais. A revogação o plano da Zona Industrial da Mota, uma vez que 'uma área já consolidada e que se consegue reger pelo Regulamento do Plano Diretor Municipal, e também a revogação do Plano de Pormenor do Museu, que apresentava um plano muito ambicioso, que estava desadequado ao cadastro predial, e, perante isso, mostrou-se, como podemos ver nos dias de hoje, passados estes anos, acabou por ser limitador no desenvolvimento de operações urbanísticas.

Houve também a proposta de alteração no âmbito do programa da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande. Decorriam dois processos distintos: o da alteração do PDM e o da integração do POC, integrando-se tudo no mesmo, para além a republicação do Regulamento.

Uma breve linha cronológica do procedimento. A abertura do procedimento foi deliberada por maioria, a 2 de novembro de 2018. Entretanto houve uma prorrogação de prazo, em 31 de março de 2021. A integração do POC, e ter surgido apenas um procedimento, deu-se a 24 de março de 2021. Depois, em 2022, a 6 de outubro, foi deliberado, por maioria, a abertura do período de discussão pública, que decorreu durante 30 dias, com uma sessão de esclarecimento a 14 de novembro, e já recentemente, a 3 de fevereiro, deliberado por maioria, a divulgação dos resultados da discussão pública, a aprovação da proposta e remeter a mesma a este órgão, à Assembleia Municipal, que hoje discutimos para aprovação.

Agora, de uma forma geral, algumas alterações. Portanto, a eliminação do solo urbanizável que se deu, essencialmente, na margem nascente do Canal de Mira, portanto, as margens da Ria na Gafanha da Encarnação e na Gafanha da Nazaré, e na extensão, que estava programada, da Zona Industrial da Mota.

E solo urbano que teve que ser revertido para rústico. Temos o caso das Cancelas, na Freguesia de São Salvador, que, por via de se ter concluído o estudo prévio para a futura via das Cancelas acabou por funcionar como zona tampão, porque se não existisse teríamos que reverter muito mais solo urbano para rústico. Também na Freguesia de São Salvador, duas áreas na Carvalheira e na Ermida, e Vale de Ílhavo.

Depois a questão das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. Atualmente estão 16 em vigor e na nova proposta serão 6 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

No que respeita à discussão pública, conforme referi anteriormente, decorreu durante 30 dias seguidos, de 11 de novembro a 0 de dezembro. Era possível participar no Atendimento do GAG, nos dias úteis, mas também era possível consultar a Proposta de Alteração, nos dias de feriado ou fins-de-semana no Museu Marítimo de Ílhavo. Contudo, a proposta esteve sempre disponível, 24 horas, no site da Câmara Municipal. Também surgiu uma novidade neste procedimento que foi a criação de uma plataforma online em que os interessados poderiam, de uma forma expedita, no caso de alguma localização específica, selecionar essa localização e, a partir daí, preencher um formulário para poderem apresentar a sua participação.

Entretanto, houve a análise de todas as participações. Tivemos um total de 28 participações. Podemos ver de que forma é que elas foram apresentadas, mas também como é que se distribuíram pelas diferentes Freguesias. Houve também mais uma participação fora do prazo que apesar de ser fora do prazo e não poder constar no relatório de ponderação da discussão pública, será, na mesma, alvo de uma resposta. Contudo, importa referir que estava desencadeada do procedimento.

Os resultados das ponderações são os que podemos verificar. Apenas uma participação foi escolhida, outra parcialmente acolhida e todas as restantes não puderam ser acolhidas porque estavam desenquadrados daqueles que eram os termos de referência.

Este é, talvez, o elemento mais fundamental de um Plano Diretor Municipal. Não é o mais fundamental porque têm todos a mesma importância, mas é aquele ao qual a comunidade dá mais importância, porque é nesta planta, de uma forma expedita, que consegue verificar o uso do solo. Vemos aqui algumas diferenças. Da esquerda para a direita, do que está em vigor para a nova proposta, verifica-se também algumas alterações de cor, mas estas alterações de cor dizem respeito a uma normalização que ocorreu de uma forma transversal a todos os Planos Diretores Municipais.

Finda a discussão pública, tendo sido deliberado em reunião de Câmara, está, hoje, neste órgão municipal para aprovação.

No caso de hoje ser aprovado será feita a sua publicação

Apenas uma enumeração daquelas que são as peças que constituem o Plano Diretor Municipal e uma breve conclusão.

Aquilo que se verifica é que a última revisão ocorreu em 2013, já passaram 10 anos, não só pelas participações que foram feitas, mas por aquilo que é a dinâmica do nosso território, entendemos que temos que nos preparar para procedermos a uma nova revisão do nosso Plano Diretor Municipal.

É esta a apresentação que tinha, de uma forma muito breve, enquadrar os srs. Membros da Assembleia Municipal naquele que foi o trabalho que foi desenvolvido pelos técnicos do Município para chegarmos a este documento final. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (21':50")

«Eu aproveitava para pedir ao sr. Presidente da Câmara se poderia partilhar esta apresentação com a Mesa e depois a Mesa fará chegar a todos os membros da Assembleia Municipal.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (22':10")

«Sr. Presidente, não há problema nenhum. Faremos isso.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (22':13")

«Abrimos o momento de inscrições. Voltamos a rodar a ordem das intervenções, dando continuidade à rotação interrompida na última reunião. CHEGA, PS, UPF e PSD. Quem deseja intervir?»

Domingos Vilarinho, PS: (24':20")

«Sabemos que em qualquer revisão do PDM as negociações com as várias entidades são sempre muito difíceis. Muitas horas de trabalho, muitas reuniões, muitas cedências de parta-a-parte, mas o que é certo é que em relação ao PDM atual, a revisão, em 2013, foi aprovada. Agora, passados alguns anos resolveram tirar do Plano, de mão beijada, algumas OPG onde bastava elaborar planos de pormenor para dar continuidade ao Plano. Não respeitaram o trabalho os antecessores, nem defenderam os interesses da população, nem o desenvolvimento do Município.

Sobre os prédios rústicos, mais propriamente os terrenos agrícolas, são rústicos podem ser florestais ou agrícolas, essencialmente. As freguesias que eu conheço melhor são da Gafanha da Encarnação e a Gafanha do Carmo. Apesar de haver muitos terrenos agrícolas, não há agricultura. E porquê? Porque os terrenos são fracos. São terrenos arenosos, de dimensões muito reduzidas, uma textura muito pobre e sem humidade. Portanto, não são rentáveis para uma agricultura sustentável. É claro que os terrenos na margem paralela à Ria, ao Canal de Mira, são exceção; são terrenos mais fortes e mais frescos e, portanto, mais produtivos.

O que me choca mais é saber que os melhores terrenos agrícolas do Município, que é a Quinta da Boavista, além de terem dimensão, têm qualidade, vão ser transformados num empreendimento turístico. Portanto, é a melhor área agrícola e vai ser transformada em hotéis e campos de golf. O que, como agricultor, não é muito bom. Por outro lado, retiram estas OPG do Plano, onde bastava, simplesmente, elaborar Planos de Pormenor, prejudicando os proprietários desses terrenos. Esperavam a abertura da Câmara Municipal de Ílhavo para poderem construir as suas habitações.

Nas zonas urbanas, onde já existem as infraestruturas, que a Câmara pagou ou instalou, está tudo bem, todos podem construir. Nas zonas urbanas, onde não há as infraestruturas são os proprietários que passam a pagar essas infraestruturas: o alcatroamento, a rede elétrica, rede de água e saneamento. Não seis e isto é verdade, mas se for verdade acho isto de uma injustiça tremenda porque passamos a ter municípios de primeira e municípios de segunda. Os direitos, acho que são iguais para todos porque todos pagam os respetivos impostos. É só, por agora.»

Gabriel Fernandes, PS: (28':24")

«A minha intervenção visa colocar algumas questões. Após feita uma análise aos elementos do relatório de fundamentação da proposta de alteração a este Plano Direto Municipal, a primeira que me surge, para além das que foram explanadas no documento, como questões que estão por trás da legislação que venha de órgãos superiores, é capaz de se compreender qual é a estratégia que está por detrás desta estratégia política, em termos de opções, e que está por detrás desta alteração. Essencialmente deixam cair uma série de OPG, propondo meso a sua eliminação. A justificação perante a questão da legislação parece-me vaga. Quando se intervém no território mesmo apenas na sua gestão, prevê-se sempre o que estará

por detrás tanto em órgão, instâncias do Governo central, como no Governo local. Por detrás destas opções, estão sempre opções políticas estratégicas.

Nomeadamente, nas duas OPG em que me vou centrar: Gafanha da Encarnação Norte e a faixa costeira da Gafanha da Encarnação, penso que são as OPG n.º 5 e 7. Qual é que é a opção que está subjacente? Na Gafanha da Encarnação Norte sei de situações específicas de municípios que foram condicionados nas suas intervenções urbanas com base nestas OPG e a questão é o que é que se lhes vai ser dito quando se eliminar, qual é que é a solução?

Na frente Ria da Gafanha da Encarnação parece-me que o recuo, com base nas alterações climáticas, não me parece que seja uma solução, em si, benéfica. Penso que mais do que reconhecer os problemas, parece-me que seria necessário implementar, rapidamente, soluções. É tudo.»

Pedro Martins, PS: (31':19")

«Eu não vou entrar em considerandos de ordem técnica, porque não domino esta matéria. De qualquer forma acho que há aqui questões que se devem colocar, nomeadamente nesta matéria que já aqui foi trazida, e muito bem, acerca da eliminação de algumas OPG, que estabelecem, como instrumento de planeamento, estabelecem os objetivos para uma determinada parcela do território. A questão que eu coloco, e que já foi aqui falada, está relacionada com a frente Ria da Gafanha da Encarnação e que vai até ao Carmo, se não estou em erro. É da história deste Município o esforço que foi preciso desenvolver por um anterior Executivo do PSD, nomeadamente pelo anterior Presidente da Câmara, antecessor do atual presidente Campolargo, que foi o engenheiro Ribau Esteves, naquilo que é, por todos conhecido, e teve que fazer, ele e a Câmara, um esforço grande para conseguir, junto das entidades que superentendem estas matérias, conseguir a aprovação daquela OPG, à época da frente Ria, apesar de algumas divergências com a população da Encarnação e do Carmo, mas consegui-se. E agora parece que se desiste de tudo isto. Eliminar esta OPG, naquela zona, dar de mão beijada o ouro ao bandido. Julgo que com a eliminação desta OPG nunca mais vai ser possível fazer lá nada. Vivemos numa época que tem os problemas conhecidos na habitação e o sinal que a Câmara municipal deveria dar, era um sinal de facilitar, de colaborar e contribuir para que o problema da habitação fosse resolvido. Resolvido não, porque é muito difícil resolver. E não compete a uma Câmara Municipal resolver o problema de habitação. Mas trabalhar também nesse sentido. Acolher no território condições para que as pessoas possam construir. Eu não percebo como é que se eliminam algumas OPG, nomeadamente esta da frente Ria da Gafanha da Encarnação e do Carmo. É um erro porque é desistir do trabalho deixado por anteriores Executivos. Por outro lado, temos aqui uma OPG que se mantém, que é a OPG da Quinta da Boavista. Corrijam-me se estiver errado, o sr. Vereador ou o sr. Presidente poderão elucidar melhor a questão. É uma OPG, de uma parcela do território que só interessa a um proprietário. Ou seja, a um proprietário que quer lá investir - eu não sei o que é que ele quer fazer, mas o Domingos Vilarinho referiu hotéis, campos de golfe - e faz muito bem, nada contra da minha parte - aqui tenho uma divergência com o Domingos Vilarinho que vê a questão na perspetiva do setor agrícola - mas é uma área de um só proprietário e vê-se a Câmara investida dessa intenção, de facilitar ou acolher essa intenção. E na frente Ria da Encarnação do Carmo parece que desiste de todos aqueles pequenos proprietários que quem amanhã construir para os seus filhos, parece que desiste dessa possibilidade, que é isso que me parece que acontece com a eliminação desta OPG. No essencial, para já, é isto. Obrigado.»

José Pinto Reis, UPF: (35':07")

«Este é um processo que há quase 4 anos e meio. O que revela a complexidade ou o pouco investimento do que foi feito no passado para que este problema se resolvesse mais rapidamente. Estamos a falar de uma alteração e não de uma revisão, e, por isso, o seu âmbito é muito mais restrito e fundamenta-se naquilo que foram definidos como os termos de referência, ainda, pelo Executivo anterior e que vieram a ser cumpridos pelo atual executivo, como tem que ser legalmente. Como nos foi dito, visavam respeitar as alterações legais que estão subjacentes à gestão do território, nomeadamente na questão ribeirinha e na questão costeira.

Com este resultado poder-se-á trabalhar no sentido de levar à concentração das áreas urbanas, diminuindo aquilo que é tão característico no nosso país e que é a dispersão do complexo urbanizável, de todas as habitações que estão dispersas por todo o território. Sobrevoem um pouco o nosso país e vem que é catastrófica a nossa gestão do território. Esta opção que foi feita por via legal, de concentrarmos as áreas que, hoje, não estão urbanizáveis, ou que não estavam devidamente infraestruturadas, de as considerarmos todas como terreno

rústico, tem essa função e essa vantagem de passarmos a utilizar primeiro os terrenos que estão disponíveis e, depois, expandirmos aquilo que serão novas áreas de dinamização urbanística, com este Plano que hoje nos é apresentado também verificamos que nas zonas ribeirinhas, na frente Ria da Gafanha da Encarnação e na Gafanha o Carmo, aquilo que são as proteções do bens dos munícipes e aquilo que é o cumprimento da legislação, e temo que, no futuro, esta classificação que hoje foi feita tenha que ser alargada quando considerarmos as zonas de alagamento que poderão existir no futuro. Este é também um Plano que prevê e trata, de forma correta, a expansão das zonas industriais, tanto a da Mota, como a das Ervas, e que poderá permitir a sua ampliação e a dinamização socioeconómica do nosso Município. Esta é uma proposta que mantém, na sua essência, as estratégias do passado. Era assim que se pretendia. É uma alteração, como disse no início, mas é uma alteração que, na nossa opinião, permite o desenvolvimento socioeconómico do Município. Por isso, vai merecer o nosso apoio.

Penso que no último ou no penúltimo diapositivo da apresentação era referida a necessidade de se ir mais longe, de se começar a preparar um processo de revisão que seja mais abrangente e que tenha em conta as novas realidades. Se para uma alteração demoramos 4 anos e meio, para uma revisão espero que, refletindo todos em conjunto, possamos tomar aqui novas decisões e médio prazo. Decisões essas que não vemos espelhadas no Plano Diretor Municipal que nos é apresentado, porque ainda não existem, como o saneamento, há tanto tempo falado, e que ainda não se encontra concluído - a sua conclusão permitirá estratégias de desenvolvimento diferentes e diferenciadas daquelas que hoje temos no território, em algumas Freguesias - o reordenamento de zonas socioeconómicas que também gostaríamos de ver reativadas ou renovadas, com novas atividades, como aquelas zonas industriais que hoje já não cumprem o seu - zonas ou espaços industriais e dedicados a diferentes setores de atividade - propósito, a sua ideia inicial e que poderão ter outra utilidade. Falo, concretamente, daquilo que são as secas de bacalhau. Hoje não é necessário todo aquele espaço para secar o bacalhau. Esperamos que, com o desenvolvimento e com as novas visões que existem sobre o território, brevemente, por intervenção do Estado Central, se comece a diminuir a área de incidência da Administração do Porto de Aveiro e que o Município de Ílhavo passe a ter mais influência nessas zonas e mais capacidade de intervir. São questões que gostaríamos de ter visto vertidas neste documento, que não faziam parte dos termos de referência, mas que nos abrem pistas para o futuro. Por isso, e repetindo-me, este é um Plano Diretor Municipal que não trava o desenvolvimento económico do Município, que permite o seu crescimento e que merece o nosso apoio.»

André Guimarães, PSD: (41':53'')

«Antes demais, acho que todos concordamos estes documentos e estes procedimentos são muito complexos. Se nada por mais for, uma palavra de reconhecimento pelo trabalho executado, são trabalhos que demoram muito tempo, que passam muitos anos e de uma natureza técnica excecional. Atingimos o objetivo. Acho que do ponto de vista técnico temos aqui algo que defende o Município e que não nos deixa nada mal. Se do ponto de vista técnico estamos salvaguardados, a nota que eu queria deixar aqui é do ponto de vista político. Reconheço que documentos desta natureza impactam na nossa vida de todas as formas e de todas as maneiras, são trabalhos que têm um impacto real na vida das pessoas. Eu recorde-me, há algum tempo, que tinha uma colega de escola, ela e o companheiro têm a minha idade e querem iniciar a vida deles, ambos trabalham na área do comércio e da distribuição, não têm curso superior - mas são pessoas trabalhadoras - mas têm um terreno que está, ou estava, não voltei a acompanhar o processo, em área rústica. Portanto, não podem construir lá a sua casa e iniciar o seu projeto de vida. Eu diria que uma alteração ao PDM regular, desta natureza, seria do seu interesse. Agora, existe uma plataforma, existe um e-mail, existe um balcão de atendimento, mas as pessoas têm que ser acompanhadas porque eu próprio tenho muito dificuldade - se não for por mais nada, é pelas cores - de conseguir perceber o que está nos documentos e perceber as implicações. Acho que é muito importante haver um trabalho de descentralização destes processos e de chegada destes processos às pessoas. Espanta-me que nós, num Município tão pequeno como o nosso, comparativamente aos do nosso país, a calendarização de uma sessão, pelo menos, em cada Freguesia, porque é assim que nós levamos estas questões às pessoas, é assim que nos fazemos com que as pessoas consigam perceber. E se temos 28 tomadas de posição e de comunicações à Câmara, podíamos ter, se calhar, muitas mais. Se calhar aquelas que fariam sentido podiam ser muitas mais, isto se fizéssemos chegar estes assuntos às pessoas. Isto não tem nada a ver com partidos isto não tem nada a ver com quem está a mandar. Nós temos que fazer este caminho, nós temos que fazer este caminho de levar o que é complexo a simples e, depois

de simples, às pessoas. É muito importante e acho que é isso que nos diferencia muito mais do que o aspeto técnico que está salvaguardado. Agradeço o resumo feito pelo sr. Vice-presidente, porque acho que foi bastante positivo. Mas isto vem depois de um trabalho que deveria ter sido feito e não foi.

Eu gostaria muito, num futuro, poder estar a voltar aqui e dizer que houve mais centralização houve mais aproximação às pessoas, não só neste trabalho, mas também nos restantes.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (45':57")

«Agradeço a participação de todos. Vou passar ao sr. Vereador para dar algumas respostas.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (46':07")

«Vou tentar ser o mais explícito possível e ver se consigo dar resposta a tudo e que não me falhe nenhuma das observações que foram feitas.

Importa começar por referir a questão da diminuição das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. Existem uma série de OPG que estavam em solo urbanizável e que teve que reverter para rústico. Logo, não poderão ser desenvolvidas operações urbanísticas. Por isso não se justifica a manutenção das mesmas. Existem também OPG que já se encontravam executadas face àqueles que eram os objetivos iniciais, também não faziam sentido que se mantivessem. E depois importa muito destacar que as OPG não constituem uma ferramenta de execução, mas apenas um instrumento que define as intenções conjuntas para uma determinada área. Uma OPG não constitui, por si, nenhum instrumento com validade legal, estando, antes, dependente destes para se desenvolver os Planos de Pormenor. Portanto, o desenvolvimento da OPG depende da elaboração dos Planos de Pormenor, que podem ser de iniciativa pública ou particular, e abranger toda a área da OPG. As Unidades de Execução que podem ser cooperativas entre privados e autarquias, ou por iniciativa particular, ou então pela iniciativa da Autarquia. Esclarecer que as OPG não são submetidas a discussão pública. Os instrumentos que materializam a sua execução é que o são.

De uma forma mais concreta, em relação a algumas das OPG que foram aqui referidas. Estranho o caso de estarem a defender a questão de uma Unidade Operativa de Gestão, nomeadamente o caso do dr. Pedro Martins, de podermos estar a definir o desenvolvimento em áreas que são RAN e REN. Está completamente interdito. Já para não falar da questão da exposição ao risco e as outras condicionantes das cheias e os riscos de inundação.

Nas questões de âmbito mais privado, como a Quinta da Boavista, importa realçar que esta OPG já tem alguns anos. Ela manter-se ou não, acho que só defende a Autarquia porque ao existir uma Unidade Operativa de gestão obriga a que o promotor tenha que pensar naquele espaço como um todo. Tem que apresentar um plano para aquela área como um todo. Acho que isso protege a Autarquia na gestão desse espaço.

No caso do sr. Domingos Vilarinha e na questão do investimento dos particulares em zonas que não têm infraestruturas, importa voltarmos atrás e, de uma forma mais clara, percebermos o que era a intenção desta alteração legislativa. No fundo é não dispersar as áreas urbanas. Temos muitas áreas urbanas que ainda não estão construídas, muitas ruas com muitos terrenos vazios. Faz todo o sentido, quando já houve um investimento muito grande nas infraestruturas, por parte do erário público - e temos a noção que custa construir uma via e associada a ela a iluminação pública, o fornecimento de energia, o saneamento, a água, o gás, telecomunicações, a manutenção do espaço urbano, dos passeios, a manutenção dos pavimentos, portanto todos os custos envolvidos. A ideia é concentrar as pessoas naquele espaço urbano que já está infraestruturado. Daí ser importante referir novamente que o solo para passar a ser urbano, no caso de ainda ser rústico, tem que estar infraestruturado ou, então, haver um compromisso que pode ser da Autarquia ou de privados. Mas, no caso de ser da Autarquia, é importante referir que a Autarquia - e podem ver nos elementos que constituem este Plano- tem que ter esse investimento devidamente programado e fazer porá que tem capacidade financeira para o executar. Isto também é importante referir. Não podemos destinar todas as áreas como urbanas ou ter muitas intenções, mas, depois, não termos capacidade para as executar. Isso é obrigatório. Nós temos que ter um Plano para podermos executar essas intenções.

Esteve aqui apenas em discussão a reversão de solo urbano para rústico, mas o contrário não podia acontecer. Portanto, reverter de rústico para urbano não podia acontecer.

O sr. engenheiro Gabriel Fernandes também falou aqui da questão de qual seria a estratégia política por detrás desta operação. Volto a referir que a estratégia deste Plano Diretor

Municipal não pode ser alterada. Daí ter-se vincado bem os termos de referência. No caso de se alterar a estratégia o procedimento teria que ser outro e seria um procedimento de revisão. Eu passei um bocado rápido os diapositivos, por causa do tempo, mas havia um em que eu referi qual poderia ter sido a forma de adaptar a alteração legislativa. Uma seria a questão da revisão, poderia ter sido a revisão em vez da alteração. No norte, a CCDR Norte obrigou a que esta integração das novas leis fosse por via de uma revisão. Obrigou os municípios a repensarem a sua estratégia. No caso da CCDR Centro isso não foi exigido. Entenderam fazer um procedimento de alteração e é esse que temos que o cumprir.

No caso do André Guimarães, na questão da complexidade dos processos. De facto, os processos podem-se determinar como complexos. A maior questão é que envolvem muitas entidades e, por ser um Plano Diretor Municipal, o plano, em si, é estratégico para o Município e, no fundo, regula não só o solo, mas também uma série de intenções no Município a longo prazo.

Aceitamos a sua proposta de melhoria e ela foi ponderada. Mas, voltando ao mesmo, tendo sido um procedimento de alteração ele estava bem definido. Estranha-nos também o facto de termos tido um mês de discussão pública e também termos tido uma sessão pública neste mesmo auditório e tivemos muito pouca participação. Não obstante o número de participações, importa referir que estava aberta aos membros da Assembleia que também podiam ter participado.

A questão de nós podermos simplificar melhor a informação às pessoas ela não acontece só num procedimento destes, acontece todos os dias. No caso de um terreno, para simplificar, a qualquer momento, as pessoas quando têm um terreno podem sempre vir à Câmara e instruir um pedido de informação prévia. A qualquer momento também podem agendar uma reunião com os técnicos para serem devidamente esclarecidos. A qualquer momento também podem agendar uma reunião com o Executivo e cá estaremos para esclarecer os nossos municípios. Penso que dei resposta a tudo.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (55':38")

«Muito obrigado. Abria as inscrições para uma segunda intervenção.»

Domingos Vilarinho, PS: (56':10")

«Começo por agradecer a resposta do sr. Vereador. Eu concordo que se ocupem as zonas onde já há infraestruturas, mas a realidade é que nem todos têm terrenos nessas zonas. Um jovem casal que tenha um terreno nessa zona onde não haja infraestruturas tem que arranjar dinheiro para pagar essas infraestruturas. E não é fácil. Acho que se deveria facilitar a vida não só aos jovens, mas a todos. Se eu tiver um terreno numa zona que já está a infraestruturada, claro que vou lá construir. Mas se não tenho, tenho que ocupar o terreno que tenho.

Vou abordar o assunto que já foi abordado, da frente Ria da OPG da Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo. Na altura, em 2013, era presidente de Junta e assisti a essa luta. Quando nos foi apresentado esse projeto, foi aceite com muito agrado pelos proprietários da Rua da Estufa, dos terrenos na Rua da Estufa, na Gafanha da Encarnação, porque iria legalizar, entre outras, as habitações existentes, e daria a possibilidade aos restantes proprietários de construírem com a frente para a Ria. Essa era uma boa solução, bastava só fazer o Plano de Pormenor da zona. Que nunca foi feito. Eles ambicionaram e lutaram para que a Câmara fizesse esses Planos de Pormenor, mas nunca foi feito. Na Gafanha do Carmo foi mais difícil porque a proposta era construir o arruamento novo a 60 metros da Rua de Baixo. Só que os 60 metros eram insuficientes porque esse novo arruamento ia cortar parte das construções já existentes. A área de construção é de 40 metros. Fazendo uma vivenda e outra por trás, com a frente para a Ria, 60 metros não dão. E a luta foi essa. Os proprietários não aceitaram, mas o que é certo é que o Plano foi aprovado assim.

Acho que o ideal teria sido, agora, negociar mais 30 ou 40 metros, ficando com 80 ou 100 metros paralelos à Rua de Baixo. E aí, certamente que já todos aceitariam e tinha sido o ideal. A Câmara alegou, o sr. Vereador falou, que está em zona inundável. Eu assisti aos documentos do Plano de Gestão de Risco de Inundações que está em discussão pública e não foi isso que eu verifiquei. A única zona inundável é uma pequena parte do Caminho do Praião. Não chega à Rua de Baixo, nem muito longe disso. Só se eu vi mal, mas o que eu vi foi isso.

Deste projeto também constava para as duas Freguesias, praias fluviais, zonas de lazer, zonas verdes, parques de estacionamento. Era um projeto que ia vocacionar aquela zona

para o turismo. Era mais uma atração para aquela zona que tem uma paisagem maravilhosa, digo mesmo que é a melhor do Município, acho que era uma mais-valia.

A aprovação desta alteração do PDM reflete um retorno no desenvolvimento do Município, prejudica centenas de munícipes e proprietários, que necessitam de viabilização dos seus terrenos para construírem as suas habitações e atrasa do progresso das Freguesias. Compete à Câmara Municipal, e já agora, também às Juntas de Freguesia defenderem o desenvolvimento dos seus territórios e não ao contrário. Muito obrigado.»

Gabriel Fernandes, PS: (1:00':57")

«Em relação às respostas que o sr. Vereador deu, agradecer-lhe, desde já. No entanto, penso que uma das questões não ficou resolvida sobre que respostas dar à questão dos intervenientes que ficaram sujeitos às Unidades de Operação, nomeadamente na Gafanha da Encarnação Norte, que respostas é que serão dadas agora consoante esta reversão ou eliminação das unidades.

Pegando no que o Luís Vilarinho referiu, sobre as questões das zonas inundáveis, o que é que há a dizer sobre algumas áreas, nomeadamente a Barra Sul, se também não estará enquadrada em zona suscetível de inundações, se é que se pode pegar por aí, e a Marina da Barra, o que é que também há a dizer sobre isso.

Para rematar, parece-me que se enquadra aqui e bem um provérbio chinês que diz o seguinte: "há três coisas na vida que não voltam atrás: a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida".

Parece-me que esta questão de eliminação e da reversão, todo o trabalho previamente feito e que não se concluiu com a inclusão de Planos de Pormenor para estas áreas do Município, é uma enorme oportunidade perdida. E com esta questão penso que se isto for avante, ficarão na história com esta situação.»

Pedro Martins, PS: (1:03':01")

«Acabámos de ouvir um membro da Assembleia, do UPF, o José Pinto Reis dizer que esta é uma proposta do passado, penso que foi esta a expressão que foi aqui utilizada. Bom... então perdeu-se uma oportunidade para trazer à Assembleia uma proposta de futuro, que é isso que todos pretendemos. E, aliás, há outra questão, que foi aqui sublinhada a necessidade de uma revisão, de avançar para um processo de revisão do PDM, mas, segundo aquilo que sabemos e aquilo que nos foi dado ouvir pelo sr. presidente Campolargo, na entrevista à Rádio Terra Nova, a revisão do PDM não é uma prioridade para o Município de Ílhavo. Foi isso que ouvimos.

Gostava de perceber porque é que isto é uma proposta do passado. Está mal, isto devia ser uma proposta do futuro.

A Câmara tinha que eliminar estas famigeradas OPG? É uma questão que eu coloco. Eu penso que não tinha que eliminá-las, podia mantê-las. Eu compreendo que tem que haver investimento. Pois tem que haver investimento. Eu entendo as OPG como uma visão de futuro que o Município tem. Parece que abdica de ter essa visão de futuro para determinadas parcelas do território. É essa a preocupação com que nós ficamos. Parece que se desiste de parte do território.

Também gostava de deixar um sublinhado em relação àquilo que foi referido da concentração em áreas urbanas, da utilização do espaço para habitação, não só, mas também. Mas dizer isso é desconhecer a realidade social do nosso Município e do nosso país. É desconhecer a realidade dos pequenos proprietários, que existe muito no nosso Município, nas nossas Freguesias, onde as famílias ainda têm terreno, urbanizáveis ou não, rústicos ou urbanos, ainda têm terrenos. Muitas delas investiram as poupanças de uma vida nesses terrenos para um dia os seus filhos, os seus descendentes construírem. É preciso perceber essa realidade. É preciso perceber, e agora enquadrando num plano mais global - mais a mais nesta época de maior dificuldade de satisfação das necessidades de habitação que as pessoas têm - que esta é uma realidade atual. Ainda esta semana, o Governo lançou um plano para tentar atacar esse problema que existe. Sabemos que há famílias jovens que pagam rendas absolutamente impossíveis de suportar com os rendimentos que as pessoas têm, temos as taxas de juro em valores altíssimos. Claro que me vão dizer que o OPG e o Plano não vão resolver nada. Não vão. No curto prazo não vão. Mas no médio e longo prazo penso que vai contribuir e vai ajudar.

Esse investimento tem que ser feito. A OPG, concretamente a frente Ria da Gafanha da Encarnação e do Carmo, podia ter ficado, como já foi aqui referido. Desistindo dela, eliminando-a nunca mais se vai fazer nada ali nos tempos mais próximos. Independentemente de ser reserva agrícola, reserva ecológica. Era uma OPG, era uma visão e o Executivo

continuava a luta para conseguir, amanhã, urbanizar, para que as pessoas possam construir e, assim resolver os seus problemas de habitação. Eu coloco muito o foco nesta questão da habitação, claro que há questões de ocupação do espaço para áreas industriais. Mas penso que o foco agora deve ser este. Nós vamos votar contra porque não concebemos uma alteração do PDM que deixa no ar a ideia de desistir de intervir nas diferentes parcelas do território. Parece que estamos a desistir. O sinal que o executivo devia dar era o contrário. Era que vamos investir. É evidente que se têm que fazer Planos de Pormenor. O Executivo tem que compreender que também tem que investir nessa vertente. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, UPF: (1:07':31")

«Aquilo que me espanta é que se queiram manter as OPG, criando expectativas nas pessoas que depois são irrealizáveis. Quando os seus objetivos já foram cumpridos ou quando estamos em área de Reserva Agrícola ou de Reserva Ecológica, qual é a razão para existirem OPG ativas nesses locais. É criar expectativas ou querer satisfazer um eleitorado ou algumas pessoas com expectativas que, depois, não são realizáveis. Assim como não é realista dizer às pessoas que elas podem construir em todo o lado. Não se pode construir em todo o lado. Não é gerível o território quando eu quero fazer uma casa a 250 metros do último poste elétrico e tenho que fazer toda uma infraestrutura até lá chegar. Eu quero ter saneamento, quero ter televisão por cabo, quero ter água canalizada, quero ter recolha de resíduos, queremos ter tudo em todo o lado. Isto é uma visão do passado que temos que alterar. Os países desenvolvidos não são assim. A imagem que o Partido Socialista e o Pedro Martins deram nesta Assembleia é a de que temos um terrenozinho lá na ponta, então a Câmara tem que criar condições para que nós possamos construir lá. Seria bom que assim fosse, se fossemos um país rico, que tivesse recursos para chegar a todo o lado. Não somos. Temos que otimizar recursos, temos que ser objetivos. Aquilo que eu disse foi que este é um Plano de Pormenor com estratégias do passado, mas que cumprem e permitem aquilo que é o desenvolvimento socioeconómico do Município. E é nisso que estamos apostados. Demorámos 4 anos e 5 meses a chegar a este ponto e ainda não concluiu o processo de alteração. O dr. Pedro Martins, que é advogado, saberá dar resposta: depois de aberto um processo de alteração como é que se encerra? É concluir ou não é concluir? Se esta Câmara Municipal, se este Executivo, estivesse hoje a dizer "vamos encerrar por incapacidade o processo de alteração do Plano Diretor Municipal", cairia o Carmo e a Trindade. Logicamente que hoje dirão que não, mas conhecemos muito bem a linha argumentativa. Este é um Plano Diretor Municipal possível, com a alteração que cumpre com a legislação, que permite e descomplica a utilização dos recursos e dos planos urbanísticos. Se hoje começarmos a pensar, que seja uma revisão ponderada, participada por todos, a médio e a longo prazo, para daqui a 5 ou 6 anos. Aquilo que é dito na entrevista é que não seria feita neste mandato, não seria feita no primeiro mandato, porque quem concluiu hoje um processo de quatro anos e cinco meses, não pode aspirar a que em pouco mais de 2 anos esteja uma revisão feita. Ou então somos todos inconscientes e andamos aqui a fazer revisões em cima do joelho. Sr. Presidente, srs. Vereadores, é, convictamente, que votamos favoravelmente este Plano Diretor Municipal.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (1:11':47")

«A minha vinda aqui ficou um pouco esvaziada com a intervenção do Domingos Vilarinho. Concordo com tudo o que ele disse, talvez os 60 metros não sejam os 60 e sejam 80 metros. Na altura ficou 80. E sabemos o quanto custou, naquela altura, acalmar os ânimos, na nossa Freguesia. De facto, o ideal não seria a criação ali desse arruamento na frente Ria, os proprietários queriam mais perto da Ria, por diversos fatores. Não foi fácil explicar às pessoas que ou era aquilo as entidades não aprovavam, porque havia regras que são estabelecidas por várias entidades e chegou-se àquele Plano possível. Eu tive uma pequena conversa com o sr. Vereador e o que eu me recorde da altura é que ele me disse que no Carmo não ia haver alteração nenhuma. Eu entendi isso assim talvez porque estávamos a falar dos miolos rústicos e urbanos, e preocupava-me se íamos perder os miolos que tinham passado a urbano, se viessem para rústicos porque tínhamos conhecimento que havia casais jovens, e outros mais, de construir e de fazerem a sua vida na Gafanha do Carmo. Depois da intervenção do Pedro Martins, que coloca a questão, eu volto a frisar, porque isso depende do meu voto, e sou eu, amanhã, que serei confrontado com os meus fregueses, assim como o Domingos vai ser confrontado, foi uma luta muito grande, na altura. A minha pergunta é: não seria mesmo possível manter a tal zona da frente Ria? Há alguma coisa que obrigue mesmo a retirar? É que assim estamos mesmo a cortar as pernas a esse projeto. Ou seja, nunca mais

lá vamos construir. Esta é a minha pergunta clara. Não havia possibilidade de manter? Só preciso que me responda sim ou não, porque daí dependerá o meu voto.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:14:20")

«Sr. Presidente, vou passar ao sr. Vereador. Muito obrigado.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (01:14:29")

«Algumas questões e algumas acabam por voltar ao mesmo e que falámos há pouco. Vou ver se consigo ser claro em todas.

Esta questão das zonas com infraestruturas e o facto da Câmara dever facilitar a vida. Já tentei, há pouco, numa breve explicação demonstrar o que é a capacidade, não só das Autarquias, mas mesmo ao nível governamental, de ter erário público para aumentar as infraestruturas indefinidamente. Isso não pode acontecer e não pode haver dispersão. Nós temos um território bastante próprio, uma vez que temos vários tipos de paisagem, temos praia marítima, temos ria, temos florestas, temos zonas industriais. Portanto, temos uma diversidade muito grande. Dou-vos um simples exemplo, apesar de não se enquadrar tanto ao nosso território, mas serve para explicar a questão legal e perceberem qual é o fundamento desta lei. No caso de se poder contruir em todo o lado, verifiquem como é que se poderia dar uma resposta no meio de uma serra no caso de um incêndio. Se promovéssemos a dispersão habitacional os bombeiros nunca conseguiram dar resposta a um incêndio, porque a primeira iniciativa ou resposta de um bombeiro é salvar pessoas e bens. Nesse caso os bombeiros não conseguiriam dar resposta a tudo. São territórios que não estão tão próximos do nosso, mas dá para percebermos bem, para além da questão das infraestruturas, como é que os aglomerados devem ser pensados. Portanto, os aglomerados devem ser mesmo aglomerados. Há é que consolidar as zonas urbanas.

Depois, há uma série de questões que são colocadas. Parece-me também que houve aqui uma série de promessas eleitorais, mesmo noutros tempos, e que se tenham criadas falsas expectativas às pessoas, mas nós temos que cumprir o que está na lei. Volto a referir a questão a frente Ria. A questão da frente Ria é reserva agrícola e reserva ecológica. Chegaram a questionar a questão das infraestruturas e que é uma bela zona de lazer... e é, de facto é uma paisagem lindíssima e maravilhosa. Mas também não vejo aí a perspectiva de a salvar. Ela é tão bonita precisamente por ser RAN e ser REN. Por isso, devemos mesmo preservá-la. Mas as zonas de lazer enquadram-se numa zona destas, têm é que ser devidamente pensadas e trabalhadas, se não nunca teríamos praias fluviais, não teríamos marinas, não teríamos uma série de infraestruturas para promover o lazer. Agora, têm é regras próprias. A construção habitacional, de facto, não é permitida. E são imposições que estão em Planos que são superiores ao Plano Diretor Municipal e sobre o quais o Plano Diretor Municipal tem que absorver, tem que lhes dar resposta. E há, de facto, esta intransigência. No caso do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, de facto, não podemos alterar estas zonas, estas OPG. Pedia, se tiverem oportunidade, para lerem o documento da fundamentação, que tem um capítulo próprio para as OPG e a justificação porque é que se mantêm ou porque é que deixam de existir. Acho que é importante que vejam a fundamentação. Estas decisões não são tomadas de ânimo leve ou porque nos apetece. Temos eu ter atenção a isto.

A questão da Gafanha da Encarnação Norte e que foi aqui falada - peço desculpa não ter dado resposta na primeira ronda, mas falhou-me - é uma Unidade Operativa de Gestão que tem vários anos, teve até alguns Planos de Pormenor, mas que nunca foram concluídos. Nem sequer houve discussão pública e, depois, não houve a conclusão dos Planos de Pormenor. Mas as pessoas podem ficar descansadas quanto a esta zona porque ela é uma zona urbana, e sendo uma zona urbana permite construção. Obedecendo ao PDM tem as regras gerais do território. No caso de se manter uma OPG na Gafanha da Encarnação Norte tem que se concluir todo o procedimento, e no caso de se iniciarem os Planos de Pormenor eles têm que ser concluídos. E serão muito más castradores para as pessoas. Não vamos dizer coisas e deturpar aqui coisas, e nós já tínhamos sido questionados sobre esta situação. Ressalvo aqui uma questão muito importante. Quando este procedimento foi discutido na reunião de Câmara, que se realizou na Gafanha da Encarnação, estiveram presentes vários munícipes dessa zona que questionaram e que lhes foi transmitido a justificação para o facto desta OPG ter sido abolida do Plano. Podem ficar descansados, podem construir, têm é que respeitar o Plano Diretor Municipal e aquilo que são as suas regras. Até acho que é mais benéfico para quem tem terrenos nessas zonas.

Também gostava de frisar que temos mesmo que observar a importância desta questão dos riscos de inundação e que foram aqui abordadas. Vão ser planos que vão ser muito castradores, mesmo para o nosso território. Eles ainda estão em discussão e fazem parte do Relatório de Ponderação, embora houvesse entidades, como a Agência Portuguesa do Ambiente que queriam que eles já viessem refletidos no Plano. Mas como não estão publicados, nós entendemos que não os devíamos refletir, porque se não, hoje, estávamos a discutir coisas bem piores. Convidava-vos a lerem também essa parte do documento para verem como é que nós defendemos mesmo estes territórios. Nós defendemos isto de forma acérrima. Isto podia ter sido muito mais complicado para o nosso território. Também acho curioso não terem referido, aqui, a questão do Programa da Orla Costeira, o POC Ovar-Marinha Grande que em zonas consolidadas, como é o caso da Costa Nova ou da Barra, temos uma frente mar que está completamente construída e tem um ou dois vazios e que o POC já não permite que seja alguma coisa construída, porque é intenção deste plano salvar pessoas e bens. O fundamento é que não haja mais pessoas expostas ao risco. Nós temos desenvolvido um trabalho, como podem ver na Atividade Municipal, onde o Município liderou um grupo de trabalho, que está a decorrer, com todos os municípios abrangidos por este POC, em que se estão a desenvolver uma série de propostas onde se estão a reunir aqueles que são os constrangimentos para cada Município na gestão do seu território e para levarmos ao Governo uma proposta para podermos minimizar estas alterações. Temos realmente um território muito bonito, muito belo, mas também temos que o preservar e temos que ser conscientes.

Fico surpreendido pela posição do Partido Socialista em entender que não houve uma visão diferente na estratégia. Nós temos que dar resposta àqueles que são os termos de referência e por nós ambicionarmos mudarmos a estratégia ou melhorar a estratégia, como disse, na apresentação, já decorreram 10 anos, e o território mudou, a sociedade mudou. Aquilo que são as necessidades de hoje, não eram as de há 10 anos. Entendemos mesmo que temos que passar para um processo de revisão. Agora, não haja qualquer dúvida, que ele só se pode iniciar depois deste concluído e depois de uma correta avaliação do estado atual do território. Concordamos que devemos pensar todos e todos podermos contribuir e, sendo um procedimento de revisão, a comunidade poder intervir. Temos é que estar bem conscientes que há Plano que definem e há questões como o dr. Pedro Martins referiu que têm de ser decididas a nível nacional. Nós não temos a possibilidade as discutir e não as podemos desrespeitar.

No caso das necessidades de habitação, a forma como referiam deturpa aquilo que é o ordenamento do território. Estamos muito empenhados nas respostas às necessidades de habitação e há programas específicos para isso. Por isso é que se concluiu a Estratégia Local de Habitação, houve uma candidatura ao Programa 1.º Direito, a Câmara Municipal de Ílhavo tem cerca de 12 milhões de euros de financiamento e tem várias opções para essa resposta. Trabalharemos também outro tipo de respostas para a Habitação, não só para famílias carenciadas, mas para outras necessidades como foram aqui referidas: jovens em início de vida, a classe média, famílias monoparentais e outro tipo de necessidades. Temos noção disso. Temos é que discutir cada assunto em sede própria, naquilo que lhe diz respeito e que lhe é específico. Penso que é tudo. Obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:25':45")

«Sr. Presidente. Só duas ou três notas que também gostaria de deixar ficar sobre esta matéria da alteração do PDM.

Primeiro, o trabalho e a dedicação de todas as equipas que estiveram envolvidas, sob a liderança do sr. Vereador.

A segunda nota e também uma terceira que deixo aqui de forma vinculada. É importante que todas as pessoas que assistem hoje a este trabalho que foi feito, que sintam uma responsabilidade muito grande por quem o fez e aquilo que determinam para o território. Nós continuamos a ver que há uma série de pessoas que continuam a visitar a Câmara Municipal de Ílhavo, não só em reuniões com os nossos técnicos, mas também em reuniões com o Executivo, que vêm com conversas do passado sobre realizações ou possibilidades de realizações em áreas que são, muitas vezes, RAN e REN. Aquilo que o sr. Domingos Vilarinho falou bate certo com isto tudo. E aquilo que o sr. Presidente da Junta da Gafanha do Carmo referiu também bate certo com isto tudo. Eram zonas mais que conhecidas no passado onde essas OPG estavam definidas, mas já sabíamos que não haveria essa possibilidade. E a luta já foi definida há alguns anos, até pela defesa da Orla Costeira e também a defesa da invasão das águas do salgado pelo Caminho do Praião, que precisa de manutenção, que precisa de intervenção. O senhor, que até passa muito do seu tempo e da sua atividade profissional,

ainda disse mais uma coisa que é a impossibilidade dos solos serem produtivos, devido à escassez de alimento que eles conseguem comportar, por terem areias, precisam de muitos fertilizantes, e o investimento será muito caro para terem algum rendimento. Eu também não vejo, como é óbvio, nós agora apostarmos na construção. Há de haver outras alternativas e haverá outras hipóteses. Parece-me que aquela ideia do turismo possa ser uma ideia que possa vingar e ter aqui soluções de futuro. Por outro lado, também lhe queria dizer sobre estes Planos de riscos e inundações que nós apresentámos 10. Há 10 Planos para o nosso território. Temos problemas para a Gafanha de Aquém. Hoje já ouvi falar aqui na Barra Sul e na Marina da Barra, que tem uma envolvimento direta com o Porto de Aveiro. Não somos nós que determinamos, isoladamente, esta gestão da marina, mas estamos envolvidos nisso, também temos que fazer ali um "Caminho do Praião II" para proteger aquela zona. Quando chegamos às praias-mar, e a barra, à medida que vai sendo afundada e que permite outros calados aos navios que o Porto Comercial tem que servir no trânsito internacional, há uma quantidade de água a entrar superior àquela que tínhamos no passado e a laguna, hoje, já vai nos 3.4 e na praia-mar até chega aos 3.8. Eu acho que temos que nos precaver muito. Acho que este plano e a forma como vimos esta alteração tem muita determinação para o futuro. É aquilo que nós prevemos que temos que pagar no futuro pela mudança de pessoas, pela saída de pessoas de algumas zonas que possam ter riscos de inundações. Estamos a prever isso em conjunto com as entidades que regulam estas matérias.

Por outro lado, queria deixar aqui uma outra nota importante a toda a Assembleia e a quem nos ouve lá em casa, que é relativa às construções. Eu acho que as pessoas, acima de tudo, têm que estar sensibilizadas que o corpo técnico da Câmara e o corpo Executivo respondem a estas matérias, antes de qualquer aquisição ou antes de qualquer construção. O senhor falou em resolver as ilegalidades. Nem sempre as casas possam estar legais ou ilegais. Nem sabemos se elas têm algum projeto de legalização ou alguma viabilidade de legalização. O que a Câmara quer é que se pense antecipadamente nessas coisas. Aqueles que gostam muito do nosso território e querem vir viver para estes 73 quilómetros quadrados de área tenham um pensamento que a Câmara Municipal legisla e regula estas matérias. Não vamos continuar a pôr os ditos 'cogumelos', estas casas sobre rodas por tudo quanto é lado, que se puxa uma baixada de luz, que ficam sem água, que o saneamento continua a ficar desprovido naquelas zonas. Vamos concentrar isso, vamos trabalhar todos em conjunto para que estas soluções sejam vistas tal e qual como o PDM as determina mas também como nós todos, autarcas, queremos vir a gerir o futuro de forma diferente e podermos estar no papel de outros autarcas que hoje estão a exercer a sua posição de decisão como Executivo.

Acho que este Plano é ambicioso e pode mostrar, no futuro, que foram decisões bem tomadas, não só por quem esteve, mas também por quem está hoje. Depois da votação ficar à prova disso.

Sr. Presidente, se ainda mo permite, o sr. Vereador gostaria ainda de dar uma palavra.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (01:31:04")

«Eu peço desculpa, neste caso ao sr. Presidente da Junta da Gafanha do Carmo, porque também tinha feito uma observação e eu não lhe dei a resposta completa. Disse-lhe que não seria possível reverter a OPG, mas também fez a observação que eu lhe tinha dito que não haveria alteração. Temos que estar conscientes. O que existe hoje vai-se manter. Ou seja, não é permitida a construção. Portanto, isso vai-se manter. Sabemos que temos lá uma série de construções ilegais. Estão ilegais porque não é permitida a construção, porque o solo não é urbano. E mantém-se. A caracterização dessa zona ou a determinação do uso do solo mantém-se naquela zona, que não é urbano. A reversão contrária não existia, como já expliquei. Portanto, o que mudou ali foi a questão da OPG que desaparece porque não a conseguimos manter. O uso o solo mantém-se, é solo rústico. O que lhe tinha dito, se compreendeu mal ou eu não lhe expliquei bem, peço desculpa. Queria-me referir, de facto, ao solo que, em termos de construção, mantém-se. Essa expectativa da OPG, como tinha referido antes, e o que é uma OPG e de que forma é que se pode efetivar.

O que é urbano, mantém-se todo como urbano E o que estava em questão era passar de solo urbano para rústico e não o contrário, de rústico para urbano. Sr. Presidente, as minhas desculpas de não lhe ter respondido antes.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:32:53")

«Concluído o período de discussão, vamos então proceder à votação da Alteração do PDM Ílhavo. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?»

A proposta de Alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Ílhavo foi **aprovada por maioria**, com 7 votos Contra, 8 Abstenções e 10 votos a Favor.
Há alguma declaração de voto? Não há nenhuma declaração de voto.»

Ponto 6. "4.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia - 2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:35:22")

«Passamos ao Ponto 6, "4.º - e penso que último - Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia - 2022". Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:35:38")

«Sobre esta matéria não há muito a dizer. Os relatórios espelham aquilo que foi o trabalho das nossas Juntas de Freguesia, perante aquilo que foi o protocolo de apoio financeiro às Juntas de Freguesia, com as inconstâncias de financiamento que o mercado também causou para uma boa execução atempada dos relatórios, mas penso que o balanço está feito, e bem feito, nestes relatórios. Sobre qualquer comentário daremos uma resposta, se assim o exigir.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:36:08")

«Vamos então abrir a primeira ronda de inscrições A ordem é Partido Socialista, Unir Para Fazer, Partido Social Democrata e CHEGA. Quem é que se inscreve?»

Rui Rufino, UPF: (01:37:00")

«Eu venho falar da importância das Juntas para a vida das pessoas e em como os protocolos firmados entre a Câmara e as Juntas e que são fundamentais para o bom trabalho das Juntas. A política de proximidade sempre foi uma das principais bandeiras do Movimento Unir Para Fazer. Nós estamos convictos que, de uma forma geral, quem está mais próximo dos problemas das pessoas, tem melhores condições para atuar de forma a resolver esses mesmos problemas, pelo que conseguirá ser mais eficiente do que aquele que está mais distante da situação sobre a qual é necessário intervir. Em suma, quem está próximo pode fazer mais com menos. Ora, ninguém está mais próximo da realidade concreta das pessoas que as Juntas de Freguesia. Daí que estas tenham um papel muito importante na resolução de problemas e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, o apoio da Câmara tem que ser visto como um investimento nos municípios. Por intermédio de quem? Das Juntas, concretamente, que estão mais por dentro das necessidades e das urgências que são sentidas em cada Freguesia. Ninguém melhor que as Juntas para se saber o que é que se passa à sua volta e na sua Freguesia.

A introdução da exigência em se realizar um relatório de execução, onde cada Junta de Freguesia faz referência aos trabalhos realizados, tem que ser considerado algo, absolutamente, necessário para uma gestão eficiente e transparente, constituindo assim uma mais-valia para todos. Neste primeiro ano o balanço é claramente positivo, com todas as Juntas a cumprirem com aquilo que foi acordado mesmo que algumas apenas de forma parcial, enunciando os vários trabalhos realizados com o montante atribuído pela Câmara Municipal. deste modo, podemos ter perceber melhor como trabalham as Juntas de Freguesia e como esse trabalho pode fazer a diferença na vida das pessoas.

Esperemos que em pouco tempo este novo hábito fique enraizado em todos, de forma a servir sempre e cada vez melhor o cidadão. Sabemos bem que a capacidade de adaptação a novas práticas não é igual em todos, para todos, nem em todos os contextos, pelo que acreditamos numa melhoria contínua do trabalho das nossas Juntas de Freguesia. Com tempo, penso que todos acabarão por se adaptar a esta nova realidade, a este novo paradigma.

Outra ideia importante a registar tem a ver com os valores e a taxa de execução, não esquecendo a multiplicidade de fatores e condicionantes que podem interferir com esta taxa, não se pode deixar de mencionar o facto que é importante que as Juntas tenham uma taxa de execução elevada, na ordem dos 90% ou mais. Só com uma taxa de execução elevada é que se pode justificar a adequação do valor do apoio fornecido pela Câmara Municipal em

relação ao que cada Freguesia necessita de forma a garantir uma melhoria da qualidade de vida para todos.

Concretizando, assinale-se o facto da Junta de Freguesia de São Salvador e da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo apresentarem uma taxa de execução próxima dos 100%. O que revela, por parte destas Juntas, um grande dinamismo e um sentido de compromisso, tanto mais que o investimento realizado está associado a obras estruturantes, capazes de assegurar melhores serviços e condições para cada uma destas populações.

Relativamente à Juntas de Freguesia da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação e que apresentam uma taxa de execução um pouco acima dos 50%, certamente que se trata apenas de um atraso dos trabalhos - como o próprio relatório indica - transitando para o corrente ano civil, pelo que aguardamos, relativamente a estas Juntas, pelo relatório final de execução dos Protocolos Financeiros, quando puderem apresentar uma taxa de execução próxima dos 100%.

Ao contrário de outros, nós preferimos ver sempre o copo meio cheio, em vez de o vermos meio vazio.

Mas continuarmos com querelas partidários estéreis, que alimentam a veracidade sensacionalista da comunicação social, importa intensificar esta sintonia em prol do bem comum, sabendo que o sucesso do trabalho das Juntas é fundamental para o desenvolvimento do Município como um todo. Quer isto dizer que um bom trabalho de uma Câmara Municipal deve ser prolongado e reforçado pelo trabalho executado pelas Juntas, acabando estes protocolos por promoverem a tão desejada articulação e colaboração entre os órgãos.

Daí que tenha também particular relevância que este apoio financeiro seja cada vez mais repercutido em obras estruturantes e duradouras, contribuindo progressivamente para o desenvolvimento de cada Freguesia. Importa, portanto, realçar o papel insubstituível das Juntas de Freguesia neste esforço por, numa maior proximidade com as pessoas, resolver os seus problemas, resolver às suas inquietações, aos seus anseios, contribuindo, ambos os órgãos autárquicos - Câmara e Juntas - na sua complementaridade para o engrandecimento e para a coesão do Município de Ílhavo.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (01:43:03")

«O colega que me antecedeu, o Rui Rufino, pela sua intervenção, reconhece a importância das Juntas de Freguesia, pela proximidade, pela mais-valia, por tudo. Somos fantásticos. Somos muito bons. Mas depois, temos que fiscalizar, temos que apresentar relatórios, esperamos que aguardem mais não sei quanto por cento. Por um lado, passam-nos 'a mão no pelo'; por outro lado, 'pimba'. Isto não funciona assim. Ainda sou do tempo em que o sr. Presidente da Câmara era meu colega e defendia acerrimamente que as Juntas de Freguesia eram um órgão independente, autónomo - e são, de facto - da Câmara.

Portanto, o que eu venho aqui dizer é o seguinte. Este relatório que apresentei foi, basicamente o da última sessão, excetuando um maior volume de faturas que, de acordo com o Executivo, não pude realizar a obra, e o sr. Vereador e o sr. Presidente deram-nos luz verde para trocarmos a verba, já que não faço obra no terreno, para aquisição de material e faço para o ano que vem. Por acaso não me pediram o relatório para depois, quando fizer a obra, apresentar na Assembleia. Ao contrário do Rui Rufino que já o pediu.

Depois, no meu entender, já que estamos a negociar novos protocolos, bastavam dois relatórios. Inicialmente assinamos contrato, já que estamos a discutir as obras, há alguma concordância nas obras a realizar - porque, de facto, é um investimento que a Câmara faz nas Freguesias, é verdade - mas ainda não discutimos o modo como vamos fazer o protocolo. E aí eu estou à vontade porque eu tenho o meu Plano de Atividades e o meu Orçamento aprovados, recebi palavras confortáveis por parte da minha oposição que disse que o Plano estava coerente com o Orçamento, que se sabia onde é que o dinheiro iria ser aplicado. Abstiveram-se na votação, mas se calhar tinham vontade de votar a favor. E não tinha mencionado, no meu orçamento, a verba do protocolo. Não tinha e não tenho. Portanto, eu estou à vontade, tenho carta branca, para não celebrar esse protocolo, se achar que não o deva.

O que eu vou dizer aqui, não é surpresa para o Executivo porque já o disse no ano passado, já que somos tão bons tão próximos da população. De facto, andamos aqui a 9 anos a provar que fazemos, independentemente das verbas que nos dão, nós fazemos. A Câmara, este não, deu 18 mil euros à Gafanha do Carmo... eu ainda nem realizei a obra e já gastei 30 mil. Apesar do sr. Vereador ter dito que se fosse preciso corrigir verbas, a Câmara cá estaria. Não foi necessário corrigir verbas, mas também nos deu luz verde para gastarmos noutras áreas, verdade seja dita.

Portanto, para este novo protocolo, acho que seria melhor - é isso que eu vou propor - apenas dois relatórios, sem faturas. Compreendam que na minha logística da Junta de Freguesia eu até posso estar a meio-tempo e até me posso dar ao luxo de abdicar para fazer o relatório, mas pedir isso à minha Tesoureira, que já faz toda a parte da tesouraria da Junta, para me estar a passar as faturas, passa-me isto, passa-me aquilo, não é fácil.

Acho que havia de haver um sinal que dissesse "meus queridos, vocês são, de facto, nossos parceiros, está aqui este dinheiro, invistam e, no final, apresentem o vosso relatório, com fotos, com aquilo feito, com obra realizada". Por favor, deem um sinal que confiam verdadeiramente em nós. Não venham dizer que é por transparência. Para que são as faturas? Vocês viram? Picaram as faturas? Eu piquei-as e, por acaso, há lá delas que nem batem certo com os valores que lá estão nas tabelas de excel. Portanto, para que é que mandamos as faturas?»

Augusto Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação (PSD): (01:48:32")

«Eu tinha duas ou três notas para falar, mas depois desta intervenção magnífica do membro Rui Rufino, que já foi Presidente de Junta penso que uns oito anos, carregadinho de experiência, vem aqui tecer comentários sobre as Juntas de Freguesia. É claro que o pode fazer, mas noutros moldes. Acho eu. Em primeiro lugar afastando as questões políticas e partidárias, ou de movimentos, para este caso. Peço-lhe que faça isso porque entre nós, Juntas de Freguesia, e aquele Executivo que ali está, quando estamos a tratar de assuntos autárquicos, é autárquicos. Não estamos a falar de Unir, PSD, PS. Agradeço que faça isso, está bem. É por isso que eu o estou a olhar nos olhos.

Depois dizer-lhe outra coisa que é o seguinte. O percentual das obras não é para realizar perto dos 90%. O percentual das obras - agora estou a falar para si, só porque foi o Rui Rufino que o referiu - não é para realizar a 100%. Deveria ser a 100%, mas não é. Sabe porque é que não é? Porque em todas as obras, pelo menos as que eu tenho, na minha Junta de Freguesia, nós vamos ultrapassar, em todas elas, o valor que foi estipulado. Eu vou-lhe dar só um exemplo. Talvez na verba de maior valor, que é o Parque das Autocaravanas, na Costa Nova, a Câmara Municipal comparticipa com 7.500 euros. Quando iniciámos o projeto do Parque das Autocaravanas a ideia era num sítio e com um investimento de determinado montante, em conversa com o sr. Vereador e o sr. Presidente, entendemos que o projeto seria melhor noutra localização, com um investimento completamente diferente. E corroboro as palavras do Luís Diamantino, em conversa com o nosso Vice-presidente ele disse "Augusto, se, eventualmente, for necessário reforço de verbas cá estaremos. Está ali o Vereador Semedo que não me deixa mentir. Posso-lhe dizer que um dos elementos que a Câmara Municipal solicitou para eu implementar no Parque das Autocaravanas, não custou 7.060 euros porque tive um pequeno desconto de pronto pagamento. Portanto, de um investimento de 7.500 euros que a Câmara me dá para fazer um Parque de Autocaravanas, só uma das peças custa 7.000 euros. Então, veja aí o percentual do aproximadamente dos 90%. Esqueça os 90%.

Posso-vos dizer que, em quase todas as verbas, e isto, provavelmente, será transversal em São Salvador, na Gafanha da Nazaré, Encarnação e Carmo. Não estou cá a defender as outras Juntas. Estou a dizer pelos comentários que vamos tendo porque somos todos colegas das Juntas de Freguesia. O investimento que a Câmara dá, para além daquela questões dos relatórios... Eu fiz imensos relatórios na minha vida profissional, não é isso que me chateia muito, mas também não os gosto de fazer, e se pudessem ser menos também concordo. Eu acho que não há desconfiança, e eu entendo o sentido do Executivo em querer que a Junta de Freguesia participe na obra. Mas eu acho que não há necessidade porque nós vamos ter que participar em muito mais do que aquilo que nos estão a pedir. Por exemplo, na obra dos 7.500 euros que a Câmara Municipal comparticipa, mais de 50% somos nós. Não são os 10 ou 15% que a Câmara nos exige. Se entendermos que a comparticipação são 10.000 euros, serão 10.000 euros e, depois, o resto nós metemos e desenrascamo-nos. Penso que não houve nenhuma Junta a necessitar de reforço, embora tenha sido um ano bastante difícil, mas sempre com abertura por parte do Executivo. Portanto, nós, entre autarquias, entendemo-nos bem. Por isso, pelo menos em relação à Gafanha da Encarnação, deixem a parte do Unir e do PSD, deixem essa coisa de lado. Não gosto muito e até porque, quando venho cá falar, falo só de questões da Freguesia. Evito falar em questões políticas nesta Assembleia. E às vezes apetece-me falar porque oiço aqui muita barbaridade... de todas as partes, deixei-me que diga.

Então, agora é que vou começar aquilo que vinha cá dizer. Apenas algumas notas.

Justificar, perante esta Assembleia que também aprovou o apoio às Juntas, os motivos das dificuldades. Houve algumas atrasos na entrega de materiais ao pedido feitos. O sr.

Presidente da Câmara também referiu isso. Sente-se na Câmara e nós, nas Juntas, também sentimos isso, embora com uma outra dimensão. Por exemplo, essa tal peça que nós encomendámos no dia 12 de outubro, com um prazo de entrega de mês ou mês e meio, chegou-nos nos últimos dias de janeiro. É para verem o porquê desses atrasos. Foi uma peça adicional, ou melhor, em termos de imagem, que a Câmara nos solicitou. E nós também entendemos que sim, que devíamos acompanhar, porque, efetivamente, o equipamento era melhor do que aquilo que estávamos a pensar., embora o preço fosse bastante elevado. Houve algum atraso no licenciamento de algumas obras. Alteração do dimensionamento de outras Tivemos, pelo menos, dois meses de condições climatéricas completamente absurdas que ainda se fazem sentir no solo. Ainda ontem, estávamos a fazer um dos últimos buracos para espetar uma estaca para concluir uma das obras e a 30 centímetros de profundidade ainda existia água. Estamos com níveis freáticos bastante elevados. Outra, por exemplo, foi mesmo por uma questão de estratégia. Nós encomendámos, nos últimos dias do ano, material que se tivesse sido encomendado 6 meses antes custariam mais mil ou 2 mil euros. Para o orçamento da Junta, mil ou 2 mil euros é substancial. O metro quadrado custou 17 euros e tinham-me pedido 23 euros. Portanto, 5 ou 6 euros por metro quadrado, em muitos metros quadrados, dá muito dinheiro. Um outro aspeto que eu queria falar, era a questão do valor das verbas. E aí também concordo com o Luís Diamantino. Eu penso que isto não é uma questão de desconfiança, por parte do Executivo, é mais uma questão, eventualmente, de transparência, mas acho que não há necessidade de estarem a exigir às Juntas uma questão de uma entrada, porque a Junta entra sempre com dinheiro e muito mais do que aquilo que nos pedem. Esse é outro aspeto que eu queria realçar. Devo também informar que os trabalhos para o Protocolo de Apoio Financeiro 2023 já tiveram reuniões. Estamos à espera de alguns orçamentos para darmos continuidade aos trabalhos para o próximo ano. É tudo.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:57:00")

«Para uma primeira intervenção, passo a palavra ao sr. Vereador.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (01:57:05")

«Antes de mais, há que enaltecer o trabalho que tem sido desenvolvido pelos Presidentes de Junta e os seus Executivos, ao longo do ano. Hoje, pelo menos eu sinto da parte dos srs. Presidentes de Junta e dos seus Executivos, que há uma relação próxima. Nem sempre nos reunimos como teríamos programado, mas também se não o fazemos é porque verificamos que não há essa necessidade porque estamos sempre à distância de um telefonema para resolver muitas questões no dia-a-dia. E é essa proximidade do Município às Juntas que nós queremos reforçar. No passado também integrei um Executivo de Junta de Freguesia e hoje esforço-me para que o Município dê uma resposta melhor do que aquela que tive no passado em vários campos. Portanto, sermos sempre uma componente de apoio e de reforço àquilo que é a Atividade da Junta, porque temos total conhecimento daquilo que são as dificuldades. Podemos ver que, hoje, conseguimos dar esse apoio a vários níveis. No passado sentimos dificuldade, enquanto Executivo de Junta, às vezes para resolver pequenos problemas e tínhamos que recorrer a terceiros, nomeadamente para elaborar projetos ou para serviços de topografia, às vezes para licenciamentos. E hoje, os presidentes de Junta têm trabalhado com o Município nessas matérias e têm tido sempre a disponibilidade dos nossos técnicos. Volto a dizer, todos os trabalhos em que houve necessidade de topografia as Juntas de Freguesia não tiveram que ter esse investimento. Portanto, os nossos serviços estiveram sempre disponíveis. Também para a elaboração de projetos, os nossos serviços técnicos, também os nossos arquitetos estiveram sempre disponíveis para o fazer. Às vezes questões logísticas, nomeadamente de transportes de veículos ou, como no caso de uma das Juntas, de avarias. Estivemos sempre disponíveis e queremos uma resposta diferente ou que as Juntas possam ter maior capacidade todos os dias e que todos os dias cresçam. E é essa a nossa vontade porque temos consciência que a resposta que o Município dá não é mesma que as Juntas de Freguesia podem dar, e em momento algum as podemos substituir, E essa proximidade das Juntas, dos seus Executivos e dos seus trabalhadores, entendemo-la bem e queremos-la sempre bem reforçada.

Na questão dos protocolos, verificamos hoje, e dou também essa nota, que os Presidentes estão pouco felizes nas suas intervenções, e não é isso que tenho sentido. Ainda há pouco tempo negociámos, ou já nos sentámos, para negociar os novos protocolos. E aquilo que

tenho verificado é que os Executivos, sobretudo os srs. Presidentes estão entusiasmados. Vejo-os satisfeitos não só pelos projetos que elaboraram neste ano, como aqueles que já anseiam para 2023. A Assembleia que fique bem ciente de que os protocolos de 2022 estão praticamente executados ao dia de hoje. Essa nota é importante dar à Assembleia. Já estamos a 17 de fevereiro e o ano de 2022 está praticamente concluído. Em algumas Juntas penso que já está nos 100%. E os srs. Presidentes de Junta e os seus Executivos já estão a pensar nos projetos de 2023. Acho que vamos ter projetos bem interessantes. Não deve haver qualquer problema em fecharmos com todas as Juntas, porque vão ser projetos muito interessantes para a comunidade.

É isto que nós queremos. Já há um ano falávamos sobre os protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia e aquilo que entendemos, e que tem sido a nossa visão, é que as Juntas sejam, cada vez mais, mais capazes, em vários níveis. Seja com equipamentos, para que possam fazer mais, possam fazer diferente; seja com recursos humanos. É aí que fazem a diferença, de facto. É nesse sentido que nós estamos a trabalhar. Já em novembro nos sentámos para discutir, pela primeira vez, o protocolo para 2023. Neste momento eles estão praticamente fechados. O protocolo em si até já está pronto, estamos apenas a aguardar uma resposta dos Executivos, que estão a ultimar as suas estimativas orçamentais para que na próxima reunião de Câmara até já poderemos apresentar os protocolos.

Acho que temos todas as condições para que se renovem. A verba também vai aumentar este ano, com novas perspetivas para esse reforço de verba para outros campos, nomeadamente na área do ambiente. Portanto, precisamos muito das Juntas e acho que as Juntas, com o apoio da Câmara, também crescem muito mais, crescem cada vez mais. Acho que nos temos complementado e isso é que é importante. Obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:03:05”)

«Só fazer também umas referências, com 3 ou 4 notas. Falando para os Presidentes das Juntas, muito objetivamente, face àquilo que eu vi no passado, e tive o cuidado de analisar alguns dos relatórios que chegavam até esta Câmara, é que são bem diferentes. Corrigimos, substancialmente alguns processos e fomos corretos. Relativamente aos documentos e à irregularidade desses documentos caberá a qualquer, como possas interpretar, Luís, a correção com que o faz. Nós, aquilo que tentamos e dentro das possibilidades que vamos tendo na gestão dos processos é fazer o nosso melhor. Se reparaste nisso, então acho que deves enviar o documento que é para ficar bem. Isto é porreiro, empurrarmos sempre uns para cima dos outros, mas depois nunca chegamos a lado nenhum. Se calhar deixamos de ter o futuro e passamos a ter o passado,

Só duas notas relativamente a esta situação das verbas. Eu poderia concordar com vocês relativamente à inscrição ou não no orçamento do valor, uma vez que nós votámos isto em novembro e, portanto, vocês já conheciam o valor que iria ser atribuído às Juntas. É uma opção vossa, em termos de orçamento. Acredito que, agora, naquilo que é a revisão do documento, com a inclusão do saldo de gerência, em abril, vocês façam as correções diretas, em correntes e capital. Portanto, sobre isso não vejo aqui problema nenhum.

É evidente que eu tenho que ressaltar aqui uma coisa. A importância do acompanhamento que tem sido dado, de vocês para conosco e de nós para com vocês, e algum trabalho de proximidade que tem sido feito de forma diferente. O grande desafio que todos temos, é esta questão do trabalho de maior sensibilização da nossa comunidade para a sustentabilidade, esta casa comum, a visão que nós temos que ter para toda a distribuição dos nossos pontos de resíduos, de recolha seletiva e não seletiva. Nesse desafio vocês também já estão enquadrados sobre as nossas perspetivas para este ano. Deixamos já, nesta Assembleia, uma nota sobre isso.

Relativamente aos relatórios. Eu acho que ganhámos muito, todo. Evidentemente que hoje contamos com os Presidentes das Juntas, com as suas Juntas a poderem disponibilizar, no caso do Luís a meio tempo, e no caso das outras Juntas com Presidentes a tempo inteiro. Há algum trabalho, não estou a dizer que é este que tem que ser feito, mas algum trabalho que vocês também fazem de acompanhamento com os vossos Executivos, que também têm verba definidas de atribuição, portanto, podemos também colaborar todos sobre estas informações que, no futuro, servem como testemunho daquilo que foi o nosso desempenho, onde é que gastámos o dinheiro e podermos avaliar, com algum critério, todos os documentos que chegam até nós.

Eu vi documentos, e focado um bocadinho no Luís, porque reconheço a organização dele, no passado, vi documentos que, possivelmente, a Junta de Freguesia gastava três vezes mais do que aquilo que a Câmara lhe dava há três anos atrás. Eu vi documentos assim. Sem nenhuma fatura, sem nenhum comprovativo, sem nada. E fico um bocadinho disperso porque

quando olho para os orçamentos que as Juntas tinham não percebo como é que conseguiam investir aquilo em correntes e em capital, daquela forma. Não percebo. Mas pronto, era quilo que era aceite, era aquilo que era votado, era quilo que estava na linha de trabalho. É colocarmos aqui as coisas pela nossa experiência, e pela minha experiência do passado. Hoje estou numa realidade completamente diferente. Acho que podemos pensar nesta situação dos dois relatórios e não dos três. Podemos pensar nisso. Vamos debatendo isso e vamos vendo isso. Mas acho que esta afinação trouxe, a todos nós, maior transparência até esta Assembleia porque esta Assembleia, muitas das vezes, nunca conheceu esses relatórios ou não os conheceu sequer, nem tivemos a oportunidade de falar sobre eles aqui. E hoje, até perante quem lá está em casa, e também está connosco nas lutas diárias. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:07:33")

«Muito obrigado, sr. Presidente. Abro as inscrições para uma segunda intervenção.»

Luís Leitão, (PS): (02:08:18")

«É com surpresa que estou aqui, hoje, para discutir este ponto porque pensava que ia ser um ponto pacífico, num relacionamento pacífico e em que as coisas estivessem esclarecidas. Surpreendo-me, e daí a razão da minha intervenção por três motivos principais.

Primeiro, saudar a liberdade e a independência dos srs. Presidentes das Juntas, que já conheço há alguns anos, e estão muito mais soltinhos este ano do que estavam em anos anteriores. Felicito-vos por isso.

Vim aqui também porque não deixou de estimular a minha curiosidade, ou a curiosidade para a minha intervenção, a intervenção do representante do UPF, que fez uma intervenção cartilheira, totalmente desajustada daquilo que eu julgava ser o espírito deste ponto, fazendo uma abordagem ao trabalho e à proximidade do trabalho das Juntas, onde incorporou a politiquice, onde incorporou a teoria do copo meio cheio ou meio vazio, para deixar duas charutadas enormes à Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação, que registo. Pensava que o UPF andava um bocadinho distraído na sua participação nalgumas Juntas de Freguesia, pelas intervenções que fazia nas Assembleias de Freguesia ou até, eventualmente, por algumas ausências. Noto que já que não há dinâmica nas Assembleias de Freguesia, puxamos nós, para aqui, para a Assembleia Municipal para discutir os assuntos que são para discutir nas Assembleias de Freguesia. Esse sim é que é o verdadeiro sentido da independência da democracia dos órgãos que é dar o seu a quem, na verdade, o merece.

O trabalho das Juntas avalia-se nas Assembleias de Freguesia e não, aqui, na Assembleia Municipal. É, pois, uma descortesia para com a Assembleia Municipal que se ponha a fazer uma avaliação do trabalho das Juntas, de forma crítica, e ao seu desempenho.

Ou os membros da Câmara não falam com os membros da Assembleia - e isso é muito grave para a coesão do projeto autárquico do UPF - porque sinto de um lado dos membros da Assembleia a criticarem e a darem umas charutadas e, depois, por outro lado, o sr. Vereador, com a sua elegância a apelar à participação e a dar destaque à colaboração, ao longo dos tempos. E vejo, por outro lado, a intervenção do sr. Presidente da Câmara, já um bocadinho mais crítica, deixando no ar alguma irregularidade de bom senso na gestão e na participação das coisas. Portanto, parece-me que, afinal, as coisas não andam muito bem.

Eu tomei a devida nota com enorme surpresa e gostava de chamara aqui, à memória de todos, um ditado popular, que acho que se aplica aqui muito bem: "não peças a quem pediu e não sirvas a quem serviu". Acho que é um bom exemplo para o dia de hoje. Muito obrigado.»

Pedro Martins, (PS): (02:11:49")

«Confesso que também fiquei um pouco incomodado com a intervenção do Membro do UPF, do Rui Rufino. Não é que seja um incómodo grande, mas é um incómodo. Isto porquê? Porque secundando as palavras do Luís Leitão, na verdade, nós não estamos habituados a discutir - se calhar o paradigma vai mudar - mas eu acho que nós devemos respeitar a autonomia das autarquias locais. Uma Freguesia tem igual dignidade ao Município. Tem as suas competências, tem as suas atribuições e penso que a luta política, o debate político, e a avaliação das taxas de execução e se o trabalho da Freguesia é bem ou mal feito, isso é feito na Junta e na Assembleia de Freguesia. Eu acho que é alterar o correto funcionamento dos órgãos das Autarquias Locais trazer para a Assembleia Municipal o debate dos temas que devem ficar na Assembleia de Freguesia. Eu penso que isso é que é o normal. Provavelmente, andámos errados quarenta e tal anos e, agora, o grupo Independente do UPF descobriu que

não, que é assim que deve ser. Tudo bem, se vocês acham que é assim que deve ser, sim senhor, vamos a jogo.

Com toda a franqueza, eu penso que os debates dos temas da Assembleia, do Município de Ílhavo, devem ser aqui, o debate dos temas, que são muitos, também, das Freguesias deve ser nos órgãos próprios.

Nós não devemos usar este protocolo e este financiamento que o Município faz às Freguesias, e muito bem, não devemos usá-lo como uma forma de pressão, como uma forma de intromissão. Se calhara percebemos todos mal se calhar não foi essa a intenção, mas isto não deve ser uma forma de intromissão na atividade livre das Freguesias. Pelo contrário. Assim como nós não aceitaríamos, de bom grado, que o Governo viesse pedir contas do dinheiro que vem da Administração Central, as Freguesias, claro, não aceitaram de bom grado estes laivos de intromissão que vieram do UPF.

Eu não concordo e senti algum desconforto, confesso.

Eu penso que devemos é reforçar a autonomia das Freguesias. Devemos, sim, ir além dos protocolos, devíamos fazer uma espécie de descentralização também ao nível municipal. - e o caminho é esse, como sabem, pelo menos aqueles que estão mais atentos - e evoluir acima do protocolo. Penso que esse caminho pode ser feito. Aliás, o sr. Presidente João Campolargo, que foi Presidente da Junta durante 8 anos, sabe muito bem daquilo que estou a falar. Deve haver esse reforço das Freguesias e não usarmos atitudes paternalistas relativamente às Freguesias. Muito obrigado.»

João Braga, Junta de Freguesia de São Salvador (UPF): (02:15':36")

«Eu, tecnicamente, não venho aqui armar qualquer discussão com os meus colegas. Aliás, eu até os venho defender. Eu tenho aqui uns pontos, referentes à minha Junta de Freguesia, que gostava de mencionar. Como o Augusto disse, nós continuamos a ser completamente autónomos. Para mim é uma novidade ser Presidente de Junta. Os meus colegas já levam alguns anos nestas lides. Para mim, a novidade é o procedimento normal. Quanto mais não seja, obriga-me a cumprir.

Gostava de deixar um pormenor importante, que é mencionar a nossa Junta de Freguesia de São Salvador pelo trabalho realizado, neste ano. Agradecer, antes de mais, o protocolo atribuído pela Câmara Municipal. O rigor e a transparência com que temos validado este compromisso, mediante o nosso equilíbrio orçamental que respeitamos.

No entanto, também tenho que referir uma parte bastante importante, como o Augusto disse. Não há anos iguais. A Junta de Freguesia de São Salvador, este ano, não sei se por sorte ou por trabalho, teve a capacidade de atingir um nível elevado e reconheço isso. Mas também reconheço esse trabalho nos meus colegas. E é de louvar. Hoje, consigo reconhecer esse trabalho e não há dias iguais. Passámos por uma fase em que a mão-de-obra é escassa, os consumíveis, muitas vezes, foram escassos e a mau preço. Acho que devemos todos concordar. No entanto, tivemos a prontidão de antecipar um bocadinho o processo, nomeadamente nos recursos humanos e conseguimos não depender de concursos externos para realizarmos obra. Damo-nos muito contentes por termos realizado as nossas obras com os nossos recursos humanos, que todos os dias valorizamos.

Gostava também de mencionar uma parte importante, que o Augusto referiu, que é o fator 15% que nós temos que investir. Hoje reconheço isso, que nós não investimos 15%. Investimos 15%, investimos muito mais, e esse valor, muitas vezes, não consta no que vem nos protocolos.

Já que toco nos protocolos, como eu dizia há minutos, antes, os protocolos, no meu caso, foi o que me impuseram e eu tenho que os fazer. Tenho que concordar com os meus colegas, se, em tempos não se fazia, agora faz-se. Eu estou habituado e tenho que os fazer. Se pudermos reduzir também agradeço. Não digo que não. Relativamente às faturas, também é um ponto interessante porque, apesar de eu ver as faturas, de fazer eu os protocolos, reconheço que é um trabalho extra dos nossos funcionários a organizar as faturas para que elas possam vir aqui. E passo isto para as outras Juntas que têm, se calhar, menos recursos humanos, torna-se mais difícil. É uma realidade.

No entanto, gostava de deixar outro pormenor importante. Os protocolos, o que nós entregamos, para mim, no meu caso, acaba por ser uma linha orientadora. Conseguimos ter uma realidade do trabalho, da execução, do rigor, e, acima de tudo, do que já investimos ou não.

Gostava de deixar uma notas no acompanhamento que a Câmara nos presta com esses protocolos. Gostava de referir, como o Vereador João Semedo já disse, estamos ansiosos por este ano. Já reunimos em novembro. Temos os nossos projetos já concebidos, sabendo, e retomando as palavras iniciais, que não há anos iguais. Este ano, se calhar, correu-me bem

a mim. Vamos esperar que para o ano também me corra bem, mas que também corra bem aos meus colegas. É o que eu lhes desejo.

Era isto que eu vinha aqui dizer hoje. Defender a nossa autonomia, que é extremamente importante. Não misturarmos as coisas. E como o Luís Leitão dizia é importante não nos metermos nos outros assuntos da Assembleia de Freguesia. Convido-vos a estarem presentes na minha Assembleia. Sei que há aqui membros que frequentam a minha Assembleia de Freguesia, fico extremamente contente por os ver lá, de outros partidos. São sempre bem recebidos.

Mas às vezes, lembro, é importante não opinarmos, porque também já ouvi opiniões da Junta de Freguesia, inicialmente, quando aqui cheguei que também não gostei. Obrigado.»

Luís Diamantino, Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo (PSD): (02:21':21")

«Começando pelo sr. Vereador. É verdade o que disse, que tivemos essa reunião e eu estava radiante com o projeto que eu vos trouxe. Eu estava empolgado, mas depois fiquei infeliz por uma intervenção que mexeu comigo. Mexeu comigo. Agora é que vai ser. E eu andei aqui 8 anos aramado em sei lá o quê. Agora é que vai ser, habituem-se... a sério. Por favor. Tirem-me do sério por muito menos. E eu ainda me contive muito.

Estamos soltinhos, Leitão. Estamos soltinhos. Mas para nos ver soltinhos tinha que estar nas nossas reuniões dos protocolos e aí via o que era atirar papéis ao chão, aí via o que era o Carlos António ter quatro horas de reunião e serem perceptíveis os diálogos em quase todo o edifício da Câmara. Tratava-se muito entre quatro paredes. Talvez a confiança e o à vontade que tínhamos com o Executivo, fosse diferente com o que temos agora. O respeito é mútuo, sim senhor, mas nunca, nunca, posso garantir, que vou falar para o presidente João Campolargo como falava, na altura, com o Caçoilo. Para mim era o Caçoilo, não era o Presidente da Câmara. E se tivesse que dizer três ou quatro palavras, dizia. Lá estávamos mais soltinhos, mas qui estávamos mais contidos. Mas também nunca fomos afrontados como hoje ouvi aqui. E o Pedro Martins está coberto de razão. Assuntos da Assembleia de Freguesia são assuntos da Assembleia de Freguesia. É lá que se tratam. É lá que eu sou fiscalizado. É lá que eu tenho que prestar contas. É aos meus fregueses. Eu apresento relatórios. Gosto deste modelo de relatórios de excel. Sabemos que a obra custo 'x'. Quando eu digo que piquei as faturas, não formas as minhas. As minhas vêm ao cêntimo e eu sei onde é que elas estão aplicadas. Quando vi as dos meus colegas, eles fizeram o mesmo trabalho que eu, apresentaram, mas eu não consigo perceber se aquela fatura foi englobada naquela parcela do excel, ou ali ou acolá. Eu não consigo. Portanto, a vinda do documento, da fatura, não traz mais transparência. Não traz mais nada. O que é importante é dizer que a obra está feita está aqui a obra, custou 'x'. E eu, por acaso, até tenho uma pergunta sobre os 15%. Nos Fundos a que a Câmara concorre, e que a Câmara tem que entrar com 15%, depois, no final da obra, vocês também apresentam as faturas todas a quem vos subsidia a obra? É que eu tenho essa dúvida. Já perguntei aos meus colegas, mas eles nunca me responderam. Ok, já me respondeu que sim, já fico satisfeito.

Quando o sr. Presidente diz que viu investimentos meus, no passado, e que não sabia como é que era possível. Disse, disse, sr. Presidente. Vá ver a gravação, que disse. Disse que viu os meus relatórios, minuciosamente, e como é que era possível com um orçamento daqueles ter aqueles investimentos de capital. Disse-o.

É fácil, dou-lhe um exemplo. O trator. Quanto é que a Câmara deu? 10 mil euros. Quanto é que ele custou? 28 mil. Como é que eu fiz? Poupei de ano para ano. Simples, fui poupando. Quando o sr. Presidente também me diz, ou disse, que podíamos ter posto no orçamento o valor do protocolo, eu digo-lhe aquilo que já lhe disse na reunião. E que o sr. fazia quando era Presidente de Junta. E não englobava porquê? Porque era uma diretiva da ANAFRE. Não colocar o valor do protocolo, depois sim, se fosse negociado seria introduzido no saldo. Eu apenas fiz o que o sr. Presidente fazia quando também era Presidente de Junta, em que apresentava um orçamento de 500 mil com as despesas iniciais de capital de 50 mil. Pouca coisa. E depois, claro, durante o ano de corrente para capital, passamos perfeitamente. Isto eu aprendi com a minha tesoureira.

Portanto, protocolos, concordo. Com os excel, as fotos, alguma descrição, sim. Dois. Um a meio quando os senhores pagam a segunda tranche - e realço que fizeram a segunda tranche, no ano passado sem nós entregarmos o relatório, é verdade - e no final do ano outro relatório, com fotos. Eu agora até já sei carregar fotos em word, na altura não sabia.

Isso dos 15% também não faz sentido. Nós investimos sempre muito mais.

Portanto, estamos de acordo nas obras. Ainda atemos que afinar o modelo do protocolo. E por favo, para não me tirarem do sério, e não vir ao de cima a minha faceta de rezingão e teimosinho, como o Caçoilo me chamava, deixem o que é da Assembleia de Freguesia para

a Assembleia de Freguesia, e foquemo-nos na Assembleia Municipal com os problemas para a Assembleia Municipal. É só isto que eu peço.
E não me venham dizer que agora é que vai ser. Então o que é que eu andei aqui a fazer durante 8 anos?»

Augusto Rocha, Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação (PSD): (02:27:35")

«Só duas notas, muito simples. Uma é para o Luís Leitão.

Luís Leitão, nunca o disse cá, mas vou dizer agora. Quando o sr. Vice-presidente sair de uma reunião comigo, porta fora, a discutir comigo, eu prometo que venho cá dizer. Está bem? Porque aconteceu no Executivo anterior. Portanto, não havia benesses por sermos do mesmo partido. Quando era para discutir, era para discutir.

Também disse, aqui, nesta Assembleia, todos os anos que cá vim que não concordava com o valor que me era atribuído.

Tanto disse no outro Executivo, como disse a estes senhores que estão ali. Não percebi uma observação que o nosso Presidente fez, mas depois tratei com ele. Mas isso é outra coisa.

Portanto, quando nós temos que defender a Freguesia, defendemos a Freguesia. Também concordo com o Luís Diamantino. Como é que nós conseguimos dinheiro para o trator, que custou quase 30 mil euros? Foi a poupar durante dois ou três anos. Fui poupando, poupando e passando com saldos maiores. Eu sei que o PS não concorda, pelo menos na Assembleia de Freguesia, que nos acusa de passarmos sempre com saldos altos. Apesar de eu explicar consecutivamente o porquê dos saldos, eles vêm sempre com a cartilha escrita de algum lado e leem, apesar de eu explicar.

É assim que nós fazemos. Quando não temos dinheiro para as coisas vamos poupando, como aconteceu na cerca do parque canino que estamos a concluir na Encarnação. Só a cerca era muito mais do que aquilo que a Câmara nos dava e nós fizemos uma cerca com material reciclado, com madeira reciclada que ficou muito mais barato. Foram os nossos homens que fizeram. À semelhança do João Braga, toda a obra que foi concluída através do protocolo, além da normal, foi com os nossos funcionários e com os membros do Executivo que também arranham lá quando é preciso. É só isto. Não sou tão rezingão como o Luís Diamantino, mas também não gosto quando me apertam os calos.»

Da Câmara Municipal

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (02:30:00")

«Há questões que eu não quero alimentar porque acho que isto não abona nada as relações com as Autarquias. Temos sempre a possibilidade de falar uns com os outros, a qualquer momento. Os srs. Presidentes sabem que têm o meu número e eu tenho o deles, e a qualquer momento podemos sempre contar uns com os outros. E isso é que é o mais importante. Mas também é importante estarmos aqui a discutir este assunto nesta Assembleia. Não podemos esquecer que foi esta Assembleia que aprovou os protocolos. Portanto, acho que esta Assembleia tem toda a legitimidade de conhecer a execução dos mesmos e nós temos a obrigação de dar conhecimento dos mesmos. Agora o que se discute numa Assembleia de Freguesia ou na Assembleia Municipal, não vou entrar por esse campo. Volto a enaltecer aquilo que tem sido o trabalho dos srs. Presidentes. E é verdade aquilo que eu ouvia de forma efusiva que no passado se discutiam. Eu próprio me questionava, às vezes, de algumas posturas que via nessas reuniões, porque estive presente em reuniões no passado, enquanto membro do Executivo da Junta de Freguesia. Fico ainda mais feliz que hoje tenhamos outro civismo. Ainda bem que o temos, é sinal que nos damos bem e que nos entendemos melhor. Acho que isto é que devemos enaltecer. Vamos é pensar nos projetos para 2023, vamos trabalhar, vamos fazê-los. E vamos fazer as Juntas cada vez mais fortes, que tenham mais equipamentos, que tenham mais mão-de-obra, que queiram fazer mais, e que, no final, as pessoas possam ter outros resultados, possam viver melhor e tenham espaços melhores. Isso é que é importante. Tudo o resto é dispersar.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:31:50")

«Só deixar uma nota. É engraçado ver o comportamento do sr. Luís Leitão, de reunião para reunião. A forma encantadora coo encanta toda a gente. Fica uma nota positiva. Já na última reunião da Assembleia, antes desta, e da experiência autárquica que tem, vê-se que o senhor está integrado em fazer sempre este ponto, não sei se de comentador, se de autarca, mas faz assim umas coisas engraçadas. Fica só esta nota.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:32:20")

«Não havendo mais intervenções, foi **tomado conhecimento** do 4.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia - 2022.»

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs a suspensão dos trabalhos para um intervalo de 10 minutos. Eram 23 horas e 32 minutos. (02:32:30')

Retomados os trabalhos às 23 horas e 43 minutos. (02:43:34')

Ponto 7. "Deliberações 01NOV2022 a 31DEZ2022da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo de 14 de dezembro de 2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:35:22")

«Vamos passar ao último ponto, ao ponto 7 "Deliberações 01NOV2022 a 31DEZ2022da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo de 14 de dezembro de 2022". Tal como foi decidido, quer na primeira reunião da Comissão de Líderes que aprovou o projeto da AM Jovem, quer nas reuniões seguintes com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e as três Diretoras dos Agrupamentos de Escola, bem como o que o Regimento da AM Jovem determina, as Deliberações de cada sessão da Assembleia Jovem são presentes à Assembleia Municipal para tomada de conhecimento.

Desta primeira sessão da AM Jovem, de 14 de dezembro de 2022, foi feita uma primeira avaliação pela Mesa e pelos Líderes dos Grupos Municipais, sendo que ainda será tema de apreciação com as Diretoras e o Sr. Presidente da Câmara.

Consideramos que a aposta na implementação da AM Jovem foi um desafio conquistado por todos: Assembleia, Câmara, Diretoras das Escolas, e, principalmente, pelos jovens alunos que marcaram presença e estiveram com uma dignidade e um empenho muito para além do que era esperado, para uma iniciativa inédita como esta.

Trabalharam nas suas escolas, com os docentes orientadores, fundamentaram as propostas que aqui trouxeram - e que os membros desta Assembleia tiveram oportunidade de avaliar - e enriqueceram a democracia, o exercício da cidadania e o direito (que também podemos adjectivar de Dever) de participar na vida coletiva e no desenvolvimento do Município de Ílhavo. Para além de que, atrevo-me a dizer, enriqueceram também a missão e a visão política do Executivo, enquanto gestor da coisa pública do nosso Município. Há, naturalmente coisas melhorar, a corrigir e outras valorizar. Pretende-se, com a colaboração de todos, que este seja um projeto dinâmico, ao longo da sua existência.

Dada a característica do ponto em apreciação - nomeadamente porque não há a responsabilidade, nem a competência, para deliberarmos sobre o que já foi deliberado por um igual Órgão deliberativo - proponho que o tempo de intervenção seja o do PAOD, apenas com uma ronda e uma intervenção final do Sr. Presidente da Câmara.

Passo a palavra, então, ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:46:27")

«Primeiro dar uma nota muito positiva, e o sr. Presidente da Assembleia já o fez, a toos os jovens que participaram nesta Assembleia Municipal Jovem, aos 41 jovens que estiveram aqui, e ao trabalho de casa que foi feito nas nossas escolas, para chegar aqui bem preparado e bem documentado. E é bom começarem a habituarem-se a estas lides porque bem precisamos que haja uma renovação no futuro. Ficou aqui um trabalho onde muitos deles mostraram capacidade para estarem aqui connosco, no futuro, a debaterem ou para quem continuar nestas posições a debater os temas que tanto preocupam o Município, a realidade nacional e internacional. Eu apreciei muito.

As onze propostas que nos apareceram aqui, mostraram que, nalgumas coisas, a nossa comunicação e a nossa transparência do serviço municipal, não tinha chegado até eles. Eles são pontos de divulgação, são pontos de trabalho connosco e isso ficou bem vincado nesta Assembleia Municipal Jovem. Nas próximas que irão decorrer vamos fazer um trabalho idêntico. Vimos preocupações em várias áreas. Uma das áreas que eu gostei, em especial,

foi esta questão dos resíduos, a preocupação da saúde, aquilo que se passa hoje, na saúde, no nosso Município, a dificuldade para que todos tenham um médico de família, a dificuldade que nós temos em termos boas condições nos nosso Centros de Saúde. Ficou uma nota deles de preocupação. E também do mais e melhor escola. Isso está presente no nosso projeto, já vinha a desenrolar-se pelos projetos anteriores na Câmara Municipal, mas eles mostraram, mais uma vez, reforçaram a necessidade de termos mais e melhor escola.

Na Semana Municipal Jovem, deu-nos a ideia que, muitas vezes, eles não participavam porque não tinha conhecimento. A partir de agora houve essa integração e foi dado esse conhecer do programa que já existiu, anteriormente no Mariolas, e agora no Mareato. Não é uma semana municipal jovem, mas é um produto, um projeto muito direcionado para os jovens e pensado para eles. E eles tiveram alguma intervenção nesta matéria.

Por último, eu já falei nos resíduos, mas podíamos falar na poluição, referir a Segurança Rodoviária. O que os preocupa no acesso aos nossos centros escolares, às nossas escolas do ensino básico e secundário, e que nos tem também preocupado, juntamente com os presidentes das Juntas que também têm feito o seu trabalho. E os transportes e a mobilidade, que tanto nos preocupa e tem vindo a preocupar.

Ficaram notas para reuniões. Essas reuniões, passo a informação a todos, ainda não aconteceram, por indisponibilidade dos alunos ou por outras questões, mas na próxima quarta-feira, salvo erro, vou reunir com o primeiro grupo de jovens que estiveram aqui, na Assembleia Municipal Jovem, para eles partilharem comigo e começarmos a tomar algumas decisões daquilo que foi o conhecimento que nos deram nestas propostas. Agradeço muito ao sr. Presidente, aos srs. Vereadores que estiveram comigo nessa sessão e também aos autarcas que se puderam juntar nesse dia, pela participação que tivemos e vemos aqui gente tão produtiva que está disposta a apoiar-nos neste território tão pequeno mas que tem dado tanto a todos nós. Saber que eles estão dispostos a participar, ter uma cidadania ativa e presente nestes temas tão importantes que são os debates autárquicos e o debate da Assembleia Municipal Jovem.

Entretanto, sr. Presidente, deixar só uma nota. A realização do parlamento jovem que teve este ano um tema muito aliciante que foi a Saúde Mental. Trouxemos aqui uma das pessoas que trabalhou no Hospital de Aveiro, hoje, é o responsável numa grande associação nacional, e que partilhou com eles o conhecimento. E os alunos também vinham super preparados pelos seus professores. É com muito agrado que vamos continuara a participar ativamente nestes momentos. Parabéns à Assembleia Municipal e ao sr. Presidente da Assembleia por nos ter apresentado este projeto e termos apoiado isto. Estamos aqui de pedra e cal para futuro. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:51':16")

«Muito obrigado, sr. Presidente, pelas suas palavras. Abria agora as inscrições para as intervenções.»

Cláudia Reigota, UPF: (02:51':26")

«No passado dia 14 de dezembro de 2022, reuniu nesta sala e pela primeira vez a Assembleia Municipal Jovem à qual tive o grato prazer de assistir como representante do Movimento Unir para Fazer.

Numa sociedade que se apresenta cada vez mais egocentrista, em que cada um reforça o seu ego, a Assembleia a que me refiro contribuiu e contribui para desenvolver e aprofundar nos jovens o espírito de participação cívica e política no seio da comunidade escolar, e as suas competências de cidadania participativa.

Nesta Assembleia pude verificar o grande empenho e dedicação de todos os jovens presentes, oriundos dos três agrupamentos de escolas do Concelho na apresentação dos seus anseios, ideias e projetos, deixando o seu cunho pessoal nas propostas que ali fizeram. A forma como decorreram os trabalhos na Assembleia em causa levam a que estes jovens, como representantes dos restantes jovens alunos dos três agrupamentos, sejam os portadores das preocupações de uma geração que desponta agora para as realidades de gerir o património público e comum. Dessa consciencialização nascerá, certamente, uma cultura democrática que se quer direcionada para a resolução dos problemas, para uma visão global do nosso concelho que se quer mais justo e com gente mais feliz criando, assim, sinergias para uma cada vez maior atuação e melhoria do tecido social onde se inserem.

De realçar também, que para as temáticas apresentadas e as questões postas, houve sempre respostas concretas e construtivas do Senhor Presidente da Câmara e do executivo. Se

calhar, por vezes não foram aquelas que gostariam de ouvir, mas foram sinceras e sem rodeios.

Verificou-se que os jovens têm plena consciência do que querem para o seu/nosso Concelho, para a sua escola, para o seu futuro profissional e de todos os problemas ambientais e de mobilidade que existem e que com eles convivem no seu dia a dia.

Estes debates de ideias e de partilhas entre os jovens levam a que Ilhavo tenha uma juventude mais conhecedora e sensibilizada para a política e, que certamente, estará muito mais atenta e empenhada para o imprescindível exercício do direito de votar, combatendo a crescente abstenção jovem a que se assiste no nosso país.

Queremos jovens a participar ativamente no presente e no futuro da nossa comunidade Ilhavense, que é também a deles. O Movimento Unir para Fazer está atento a esta realidade atual dos nossos jovens proporcionando-lhe condições por forma a que estes sejam livres nas suas decisões responsáveis e ativas e não indo à boleia das ideias de terceiros, que não se demitem, que não deixam que os outros decidam por eles.

É fundamental mostrarmos pelo exemplo da nossa prática política, mas essencialmente cívica, coerência para que os jovens de hoje acreditem e tenham apetência pelos interesses da nossa sociedade em que estamos inseridos, criando-lhes o gosto ativo pela vontade de participarem através do voto não se deixando influenciar pelos fenómenos que atualmente vamos assistindo de populismos demagogos que como todos sabem, trazem resultados nefastos para toda a sociedade.

Se da nossa parte como adultos que somos temos a obrigação de dar o exemplo na amplitude plural das ideias e sensibilidades políticas que enriquecem a nossa democracia, temos também a obrigação de perceber que é na escola onde se começam a moldar caracteres e cidadãos que queremos responsáveis, dizia, é na escola que se inicia a responsabilidade cívica das crianças, futuros jovens e futuros adultos, que serão os pilares do poder decisório que todos queremos responsável. Assim, com estas práticas cívicas e políticas, lançamos a semente da educação e da formação, com a importância que a escola tem, na construção de uma sociedade plural responsável e congregadora.

Creiam, senhores e senhoras desta assembleia municipal, que a prática do executivo camarário eleito passa por esta postura construtiva e ativa, e está atento a todas estas vertentes.

Tenho, todos nesta sala teremos, julgo, a noção de que este é um processo dinâmico que requer uma prática constante; sinto-o diariamente na minha vertente profissional como professora (e tantas, e tantas vezes educadora) assim como na minha atividade associativa que a nossa sociedade está ávida de práticas de coerência política. Saibamos ter esta sensibilidade por forma a darmos espaço aos jovens, à sua liberdade de expressão demonstrando-lhe que com a nossa democracia republicana eles têm e terão, num futuro próximo, uma responsabilidade na construção de uma sociedade, a nossa ilhavense, mais justa, mais responsável e mais atuante.»

André Guimarães, PSD: (02:57:28")

«Eu vou ser muito breve porque aquilo que quero dizer é também muito focado e para não haver subterfúgios. A bancada do PSD dá, em particular, os parabéns aos participantes, aos alunos que trabalharam, aos alunos que se envolveram, aos alunos que pensaram sobre os assuntos, aos alunos que tiveram a coragem de vir cá, aos alunos que tiveram a coragem de enfrentar o nosso presidente, que eu sei que às vezes é intimidante, e aos alunos que nessa sessão marcaram um passo em direção à participação cívica e a uma sociedade mais participada. São estes que merecem os nossos parabéns, são nestas as pessoas em quem nós devemos apostar e que nunca devemos deixar de lado. Muitos parabéns, a todos os participantes.»

Luís Diamantino, PSD: (02:58:51")

«Quem me conhece sabe que eu sou, pelo menos, genuíno no que digo. E sou transparente quando estou nervoso ou estou feliz. Eu tinha que vir cá dar este testemunho. A convite da Mesa eu estive cá e saí daqui maravilhado. Estive do princípio ao fim e estou ansioso para que venha a próxima. Dou-lhe os meus sinceros parabéns, partidos à parte, partidários. Esqueçam isso. Mesa da Assembleia, parabéns por este projeto. fantástico, n mouche.

Sr. Presidente da Câmara, esteve impecável, pôs os miúdos à vontade. Era verdade que alguns estavam inibidos de questionar alguma coisa também é muita verdade que nós tivemos aqui miúdos com um à vontade tremendo. Eu gostaria muito de ter o à vontade que muitos tiveram. Eu gostaria muito de ter a dicção que eles tinham, como pronunciavam.

Tiveram propostas tão válidas, eles diziam aquilo com uma convicção tão grande e tão sentida que eu tinha que vir cá dar este testemunho, hoje.

Foi, de facto, fantástico estar ali sentado do princípio ao fim e acho que todo o mundo gostou. Estamos de parabéns. Estamos bem servidos para o futuro, sabem bem o que querem. E os professores fizeram um trabalho extraordinário. Os miúdos, os meninos, os rapazes vinham muito bem preparados.

É um projeto que nasceu, parabéns Mesa, mas continuem, porque temos ali matéria muito boa e por aí acho que ninguém se vai queixar. Acho que o futuro está garantido. Obrigado»

Diana Gandarinho, PS: (03:01':13")

«Eu estou bastante alinhada com as intervenções que já foram feitas hoje. É de salientar a importância desta iniciativa para a participação cívica, especialmente para o envolvimento dos jovens, que, costumamos dizer, estão bastante desconectados da vida coletiva do Município. Queria só deixar a nota adicional que é importante que esta Assembleia venha a tomar conhecimento do resultado prático destas reuniões que agora vão acontecer em maior profundidade em maior detalhe, até porque é importante que a participação destes jovens tenha um impacto efetivo, até para que eles acreditem no poder da participação.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:01':54')

«Sr. Presidente, não sei se quer dizer alguma coisa.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:01':59")

«Agradecer a participação de todos e o convite fica reiterado para que todos venham à próxima Assembleia, todos aqueles que possam. O sr. Presidente da Assembleia também fará isso, mas gostava mesmo que todos os que já referiram alguma coisa sobre esta Assembleia Municipal jovem lessem mesmo todo o documento, fiasse a pavor, para todos verem que há projetos com alguma ideia e que a Câmara tem alguns, por assim dizer, veículos que já resolvem isto que os miúdos desconheciam. Por exemplo, em relação ao projeto "Mentoria não remunerada", em empresas e instituições, que demonstra um envolvimento com o tecido empresarial da nossa região e mostra aquilo que podem ser os recursos tecnológicos que nós temos com educação e formação prática. É esta perspetiva que alguns dos nossos miúdos já tem e isso foi relevado por nós, também nesse dia.

Deixar aqui uma nota importante. Esta relação com os jovens vem sendo alicerçada há muito tempo pela Câmara Municipal de Ílhavo, não só pelos programas de estágios PMOTL e pelos PMBET que vão agora iniciar mais 20 novos estágios na nossa Câmara. Mas também o programa Vocação. Este é um trabalho que nós temos vindo a fazer. Muitos dos jovens já conhecem, mas temos que continuar a apostar na comunicação da Câmara porque é por aí que os jovens se podem aproximar de nós. Acho que esse papel da transparência na governação no nosso Município tem mostrado diferença em relação ao passado. Vamos continuar a apostar cada vez mais nisso.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:03':51")

«Só uma última palavra. Agradecer os vossos comentários. Como presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo e da Assembleia Municipal Jovem, o nosso primeiro Secretário, a nossa segunda Secretária, os nossos líderes dos Grupos Municipais, as senhoras Diretoras dos Agrupamentos das Escolas, todos os membros desta Assembleia Municipal e todo o Executivo, acredito que estamos todos de parabéns por esta iniciativa que queremos nutrir e fazer crescer no futuro. Uma palavra de agradecimento a todos.

Portanto, não havendo mais intervenções, dou como **apreciadas** as Deliberações 01NOV2022 a 31DEZ2022 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo de 14 de dezembro de 2022.»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:04':36")

«*Antes de encerrar a sessão peço ao primeiro Secretário que leia a Ata em Minuta para que sirva de suporte legal e prova factual para a elaboração do Edital com as Deliberações.*»

Depois de lida e não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:05':36")

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:05':56")

«*Uma palavra de esperança para o mês de abril., que será o momento em que voltaremos a estar aqui todos juntos. O mês de abril irá ser bastante intenso, desde logo porque vamos ter o Feriado Municipal, vamos ter a sessão evocativa do 25 de Abril e a sessão ordinária do mês de abril.*»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:07 horas do dia 18 de fevereiro de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator



(Miguel Pedro Araújo)



Ílhavo

Câmara Municipal

Alteração Plano Diretor Municipal

Assembleia Municipal de Ílhavo
Sessão Ordinária de 10 de fevereiro de 2023





ilhavo

Câmara Municipal

Plano
Diretor
Municipal

Enquadramento – Alteração Legislativa 2014/2015

Adequação ao novo quadro legal

- Lei de Bases da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo

DL n.º 31/2014, 30 maio

- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

DL n.º 80/2015, 14 maio

- Critérios de Classificação e Reclassificação do Solo

DR n.º 15/2015, 19 agosto

Enquadramento – Alteração Legislativa 2014/2015

A **revisão do RJIGT** determinou a alteração dos PDM para adequação a **novas regras**.

O que muda?

- extinção do Solo Urbanizável
- avaliação da classificação do solo como urbano
 - regras mais restritivas
 - infraestruturas
 - compromissos urbanísticos
 - programação e sustentabilidade económico-financeira
- atualização de categorias de espaço



ilhavo

Câmara Municipal

Plano
Diretor
Municipal

Procedimento

Procedimento de Revisão

- carácter mais Abrangente
- análise profunda ao território
- estratégico
- definição de novos objetivos a curto, médio e longo prazo
- mudança de paradigma

Procedimento de Alteração – Procedimento Adotado

- carácter específico
- resposta a necessidades concretas
- termos de Referência bem circunscritos
- paradigma mantém-se, apenas responde a alterações decorrentes de obrigatoriedade legal

Termos de Referência

- conformação com o novo quadro legal [LBGPPSOTU | L 31/2014, 30maio / RJIGT | DL 80/2015, 14 maio / DR 15/2015, 19 agosto]
- atualização das condicionantes [património, rede viária, ...]
- reavaliação das UOPG definidas
- alterações pontuais [situações detetadas através de operações urbanísticas]
- revogação dos PP da ZIM e do Museu
- integração da proposta de Alteração do PDM no âmbito do POC-OMG
- republicação do Regulamento [integração de todas as alterações/ correções materiais efetuadas no âmbito do procedimento]



ilhavo

Câmara Municipal

Plano
Diretor
Municipal

Termos de Referência | Breve Explicação

- conformação com o novo quadro legal
[LBGPPSOTU | L 31/2014, 30maio / RJIGT | DL 80/2015, 14 maio / DR 15/2015, 19 agosto]
- atualização das condicionantes
[património, rede viária, ...]
- reavaliação das UOPG definidas
- alterações pontuais
[situações detetadas através de operações urbanísticas]
- revogação dos PP da ZIM e do Museu
- integração da proposta de Alteração do PDM no âmbito do POC-OMG
- republicação do Regulamento
[integração de todas as alterações/ correções materiais efetuadas no âmbito do procedimento]

As questões abrangidas pelos Termos de Referência refletem a necessidade legal a que o Município de Ilhavo se vê obrigado a responder no âmbito da alteração legislativa 2014/2015, bem como à necessidade de atualização das condicionantes, fruto das dinâmicas do território.

A reavaliação das UOPG decorre da necessidade de reclassificação de solo e de previsão de capacidade financeira para execução.

A revogação dos Planos de Pormenor ocorre por avaliação ao seu estado de execução e às limitações impostas ao território, perante uma gritante desadequação ao cadastro existente.

Foi abrangido por este procedimento o procedimento em curso relativo à integração de normas do POC-OMG, por forma a alcançar ganhos ao nível da eficiência, celeridade e gestão de recursos.

A republicação do Regulamento ocorre pelos inúmeros aditamentos ao longo dos anos, por forma a facilitar a sua operacionalização (interna e externa).

Nenhuma questão estratégica é abordada no decorrer da Alteração aqui proposta, por **impossibilidade legal determinada pela escolha do procedimento a adotar**. Todas as alterações estão devidamente fundamentadas a nível técnico nos diversos relatórios que acompanham o Plano.

Linha Cronológica do Procedimento





ilhavo

Câmara Municipal

Plano
Diretor
Municipal

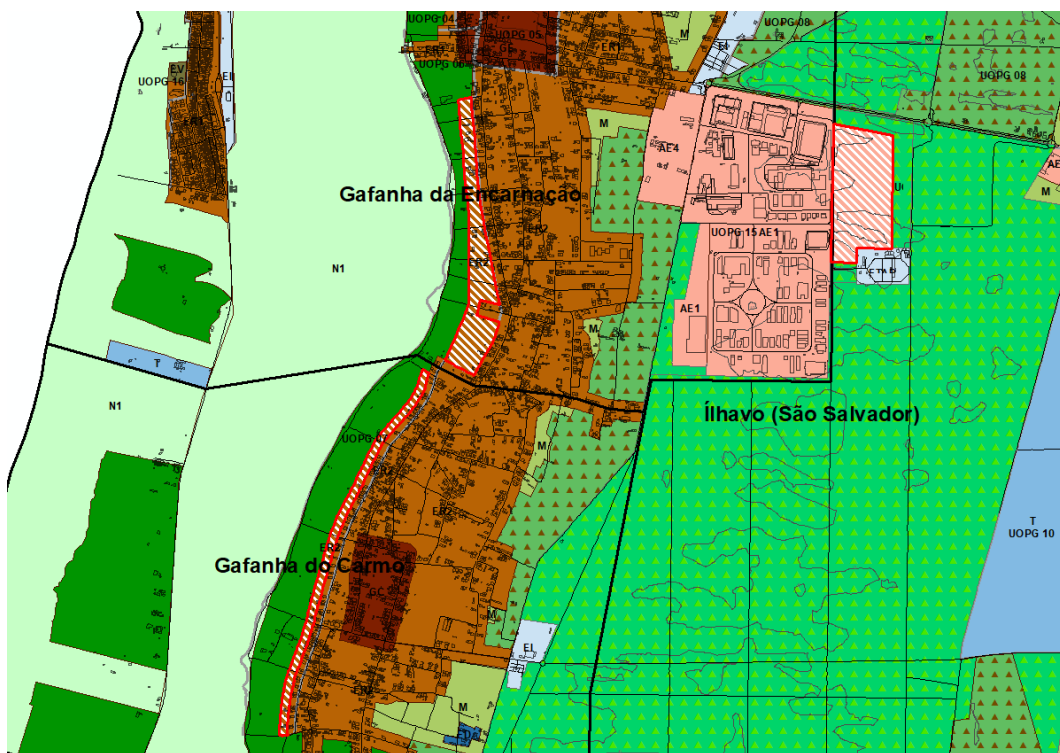
Eliminação Solo Urbanizável

Extinção do Solo Urbanizável

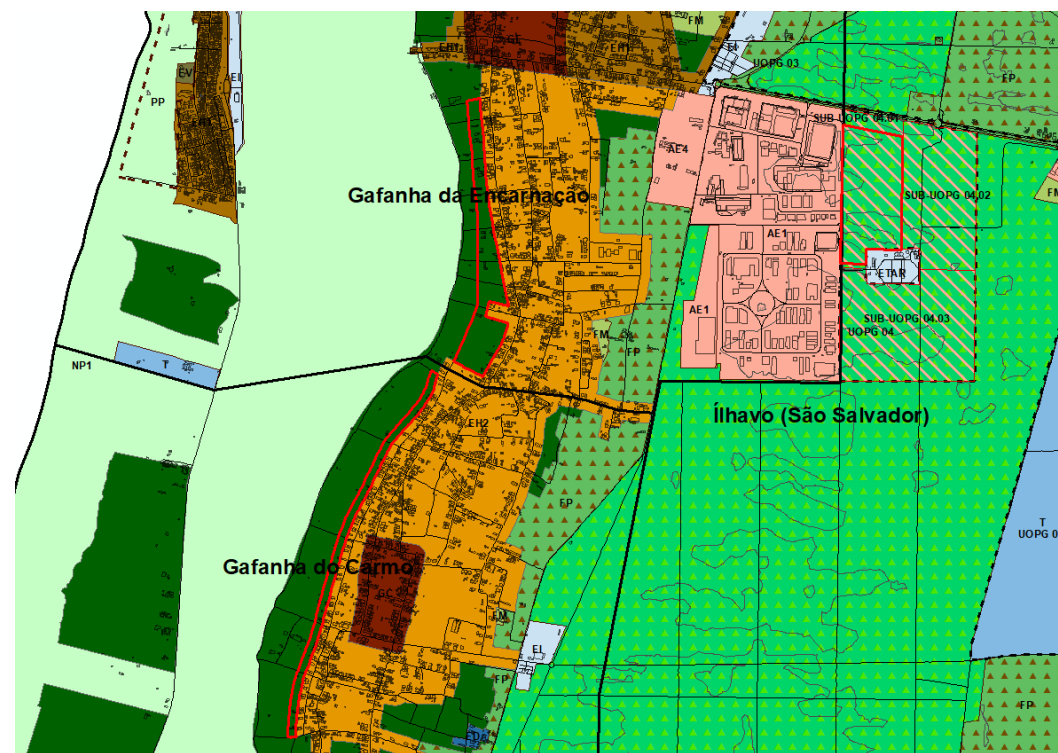
Margem Nascente do Canal de Mira
Ampliação Nascente da Zona Industrial da Mota



Reversão para Solo Rústico



Ponderação Classificação de Solo – Em Vigor



Ponderação Classificação de Solo – Proposta Alteração



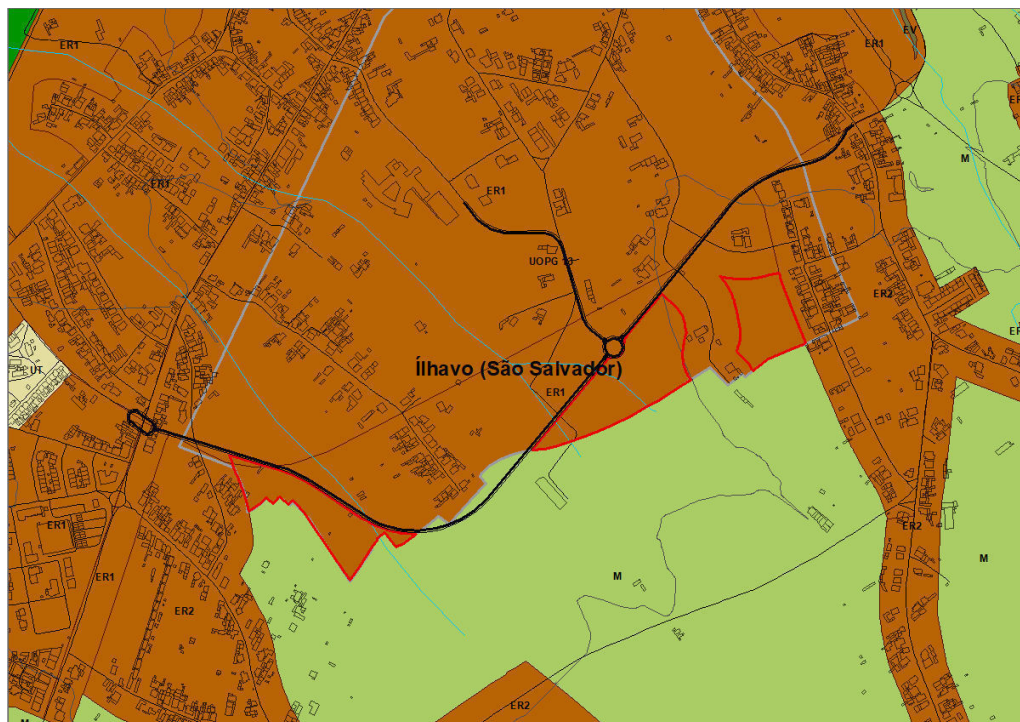
ilhavo

Câmara Municipal

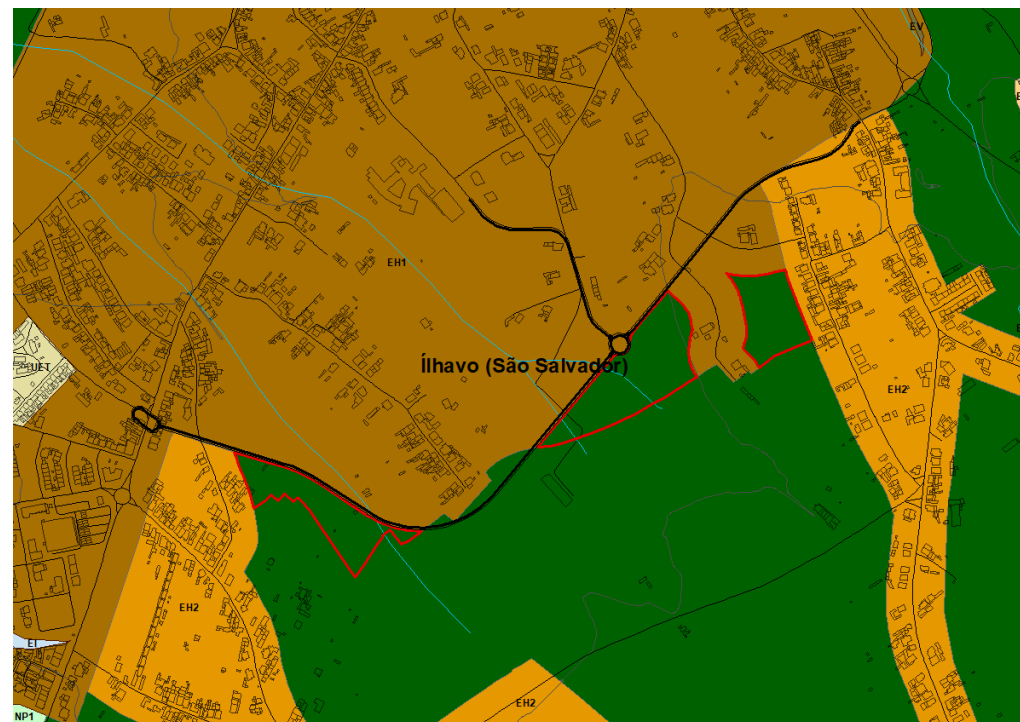
Plano
Diretor
Municipal

Classificação do Solo | Cancelas

Reavaliação dos Perímetros Urbanos - Reversão para Solo Rústico



Ponderação Classificação de Solo – Em Vigor



Ponderação Classificação de Solo – Proposta Alteração



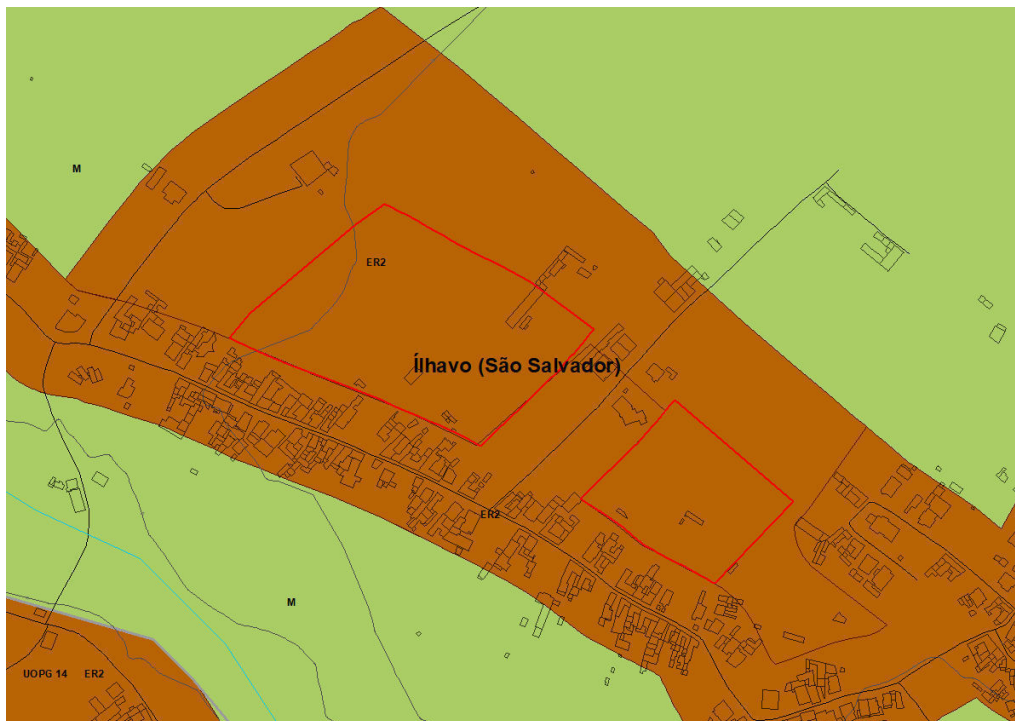
ilhavo

Câmara Municipal

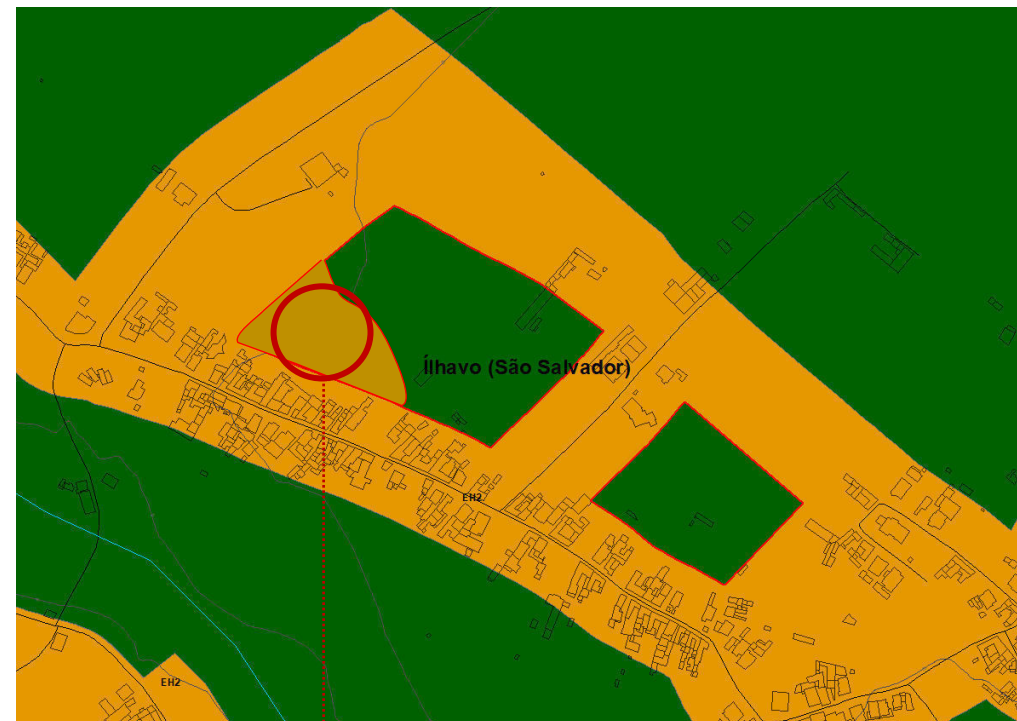
Plano
Diretor
Municipal

Classificação do Solo | Carvalheira/ Ermida

Reavaliação dos Perímetros Urbanos - Reversão para Solo Rústico



Ponderação Classificação de Solo – Em Vigor



Ponderação Classificação de Solo – Proposta Alteração

Área abrangida por Protocolo de Cooperação entre Câmara Municipal de Ilhavo, a Fábrica da Igreja da Paróquia de S. Salvador e o Património dos Pobres (VER DATA)
Constitui compromisso pré-existente, garantindo requisitos para se manter como Solo Urbano – corrigido Após Discussão Pública, conforme Relatório



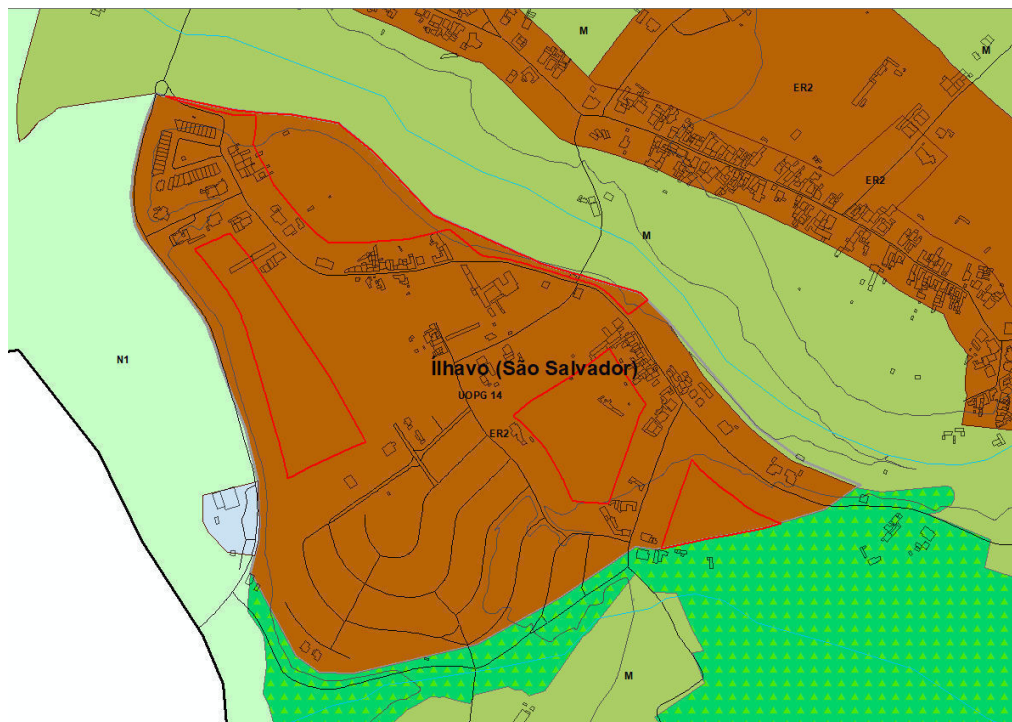
ilhavo

Câmara Municipal

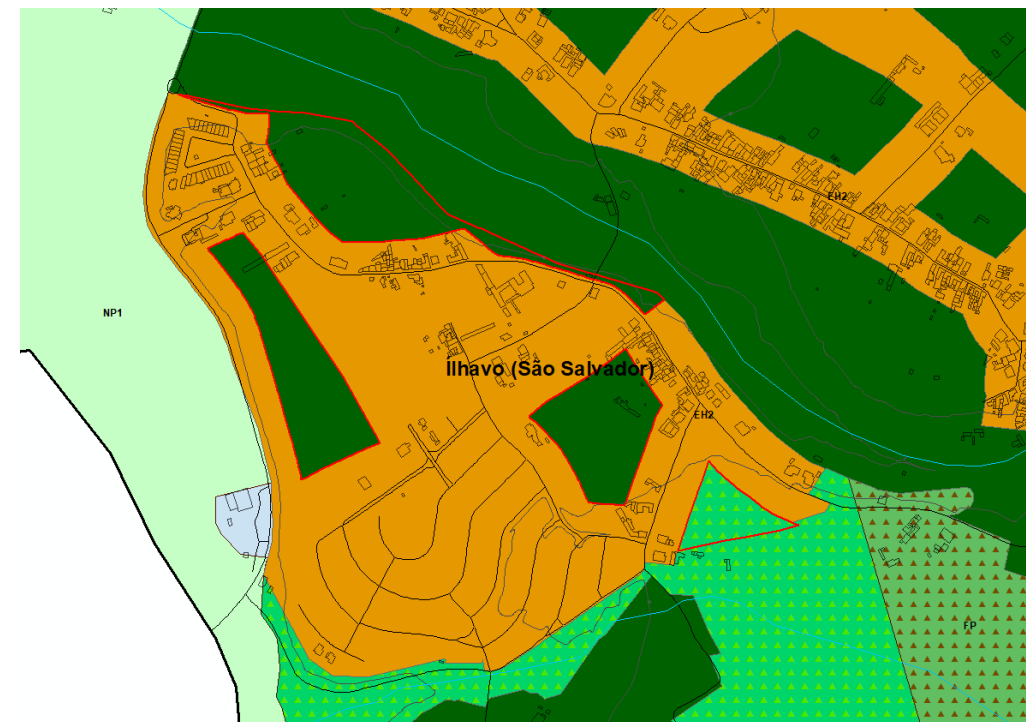
Plano
Diretor
Municipal

Classificação do Solo | Ermida

Reavaliação dos Perímetros Urbanos - Reversão para Solo Rústico



Ponderação Classificação de Solo – Em Vigor



Ponderação Classificação de Solo – Proposta Alteração



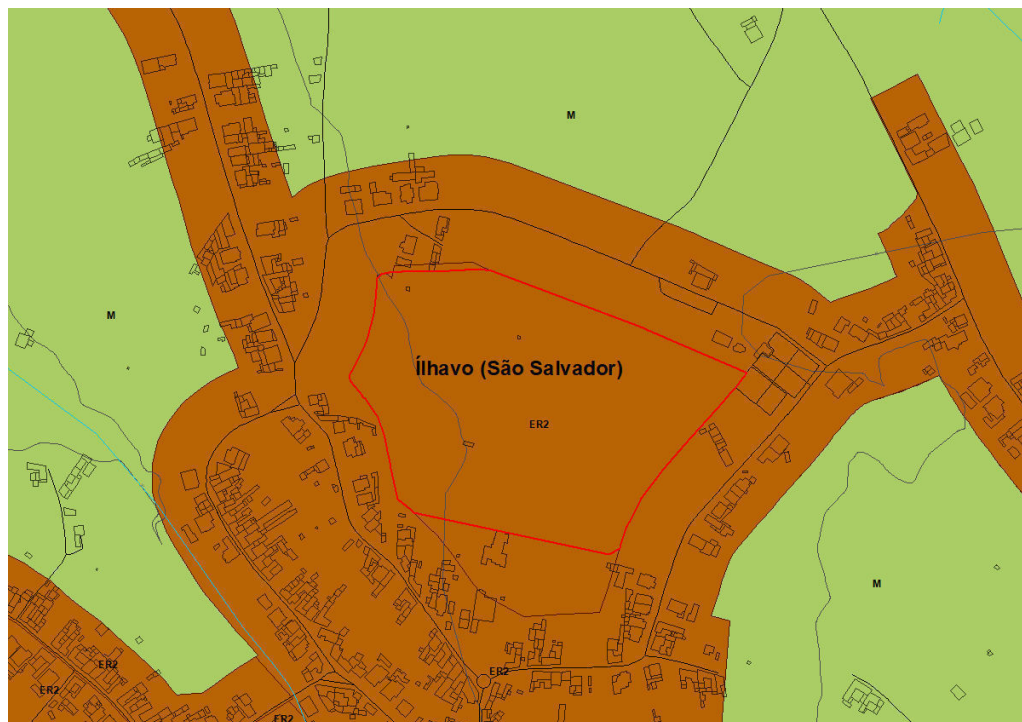
ilhavo

Câmara Municipal

Plano
Diretor
Municipal

Classificação do Solo | Vale de Ílhavo

Reavaliação dos Perímetros Urbanos - Reversão para Solo Rústico



Ponderação Classificação de Solo – Em Vigor



Ponderação Classificação de Solo – Proposta Alteração



ilhavo

Câmara Municipal

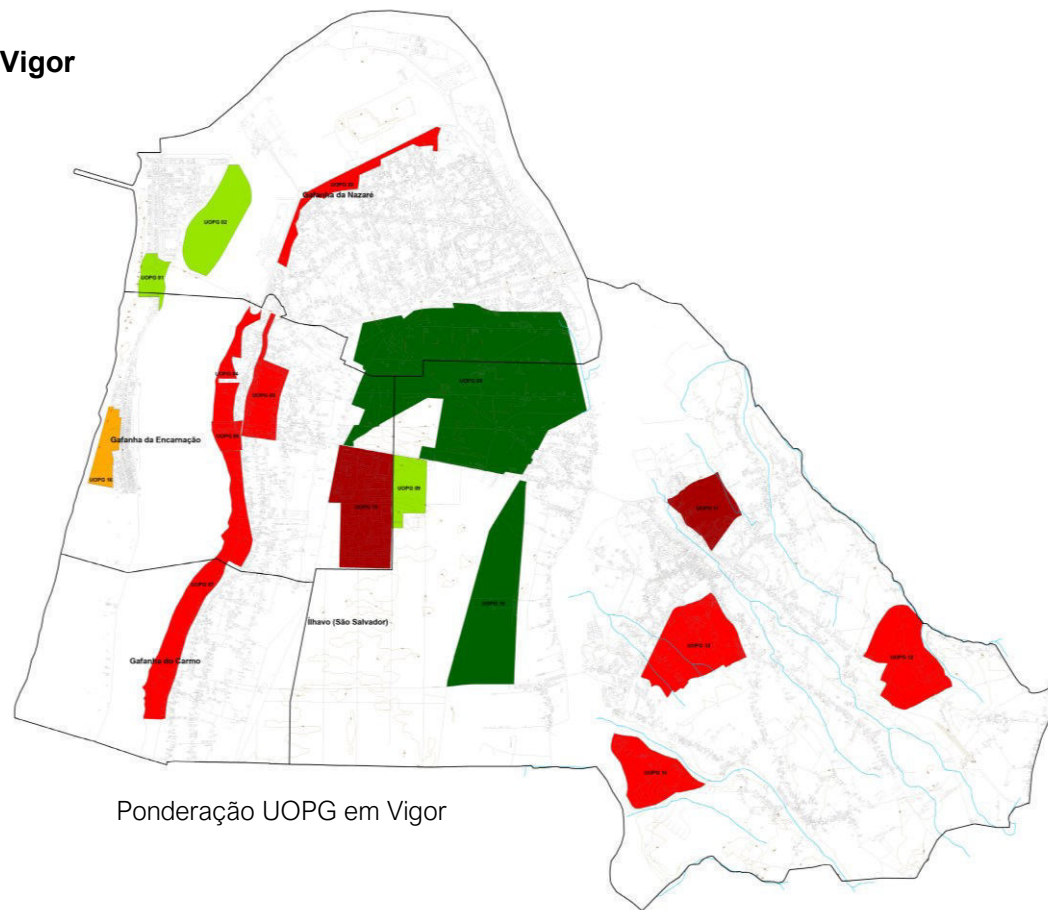
Plano
Diretor
Municipal

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão | UOPG

Reavaliação e Nova Proposta

16 UOPG em Vigor

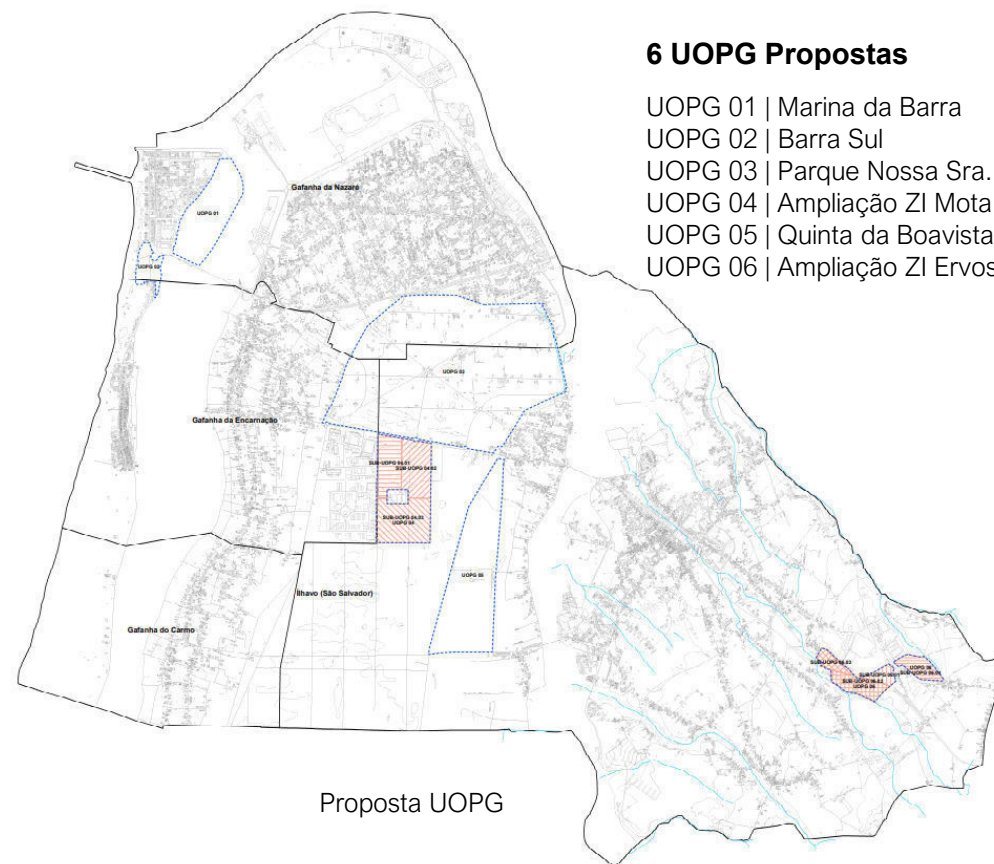
- █ Eliminar 8
- █ Eliminar Revogar PP 2
- █ Eliminar PP em Vigor 1
- █ Manter UOPG Redelimitar 3
- █ Manter UOPG 2



Ponderação UOPG em Vigor

6 UOPG Propostas

- UOPG 01 | Marina da Barra
- UOPG 02 | Barra Sul
- UOPG 03 | Parque Nossa Sra. dos Campos
- UOPG 04 | Ampliação ZI Mota
- UOPG 05 | Quinta da Boavista
- UOPG 06 | Ampliação ZI Ervosas



Proposta UOPG

Discussão Pública

Discussão Pública

- 30 dias seguidos | 11 novembro – 10 dezembro
- forma de Participação
 - | Gabinete Atendimento Geral (edifício dos Paços do Concelho) - dias úteis
 - | Museu Marítimo de Ílhavo - fins-de-semana e feriados
 - | Sítio da Internet
 - | Ficha de Participação
 - | Plataforma online

Etapas Cumpridas

- análise e tratamento das reclamações, observações e sugestões e pedidos de esclarecimento
- resposta por escrito a todos os interessados
- relatório de Ponderação das Participações
- versão Final da Proposta de Alteração do PDM



ilhavo

Câmara Municipal

Plano

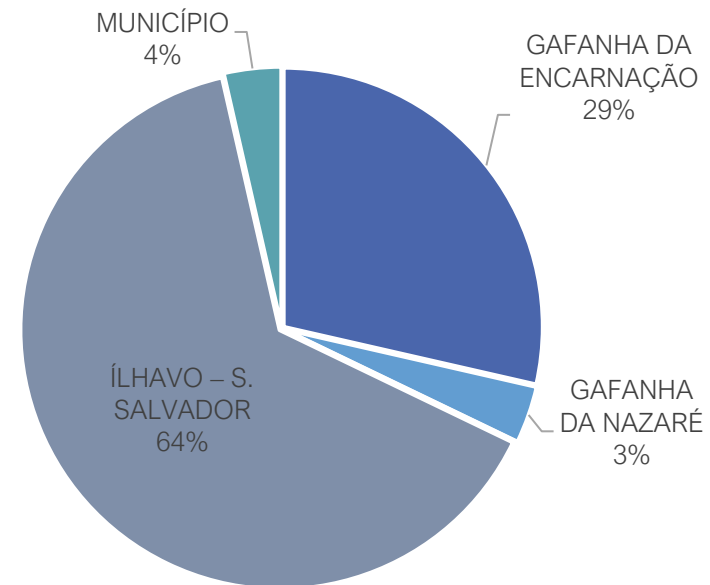
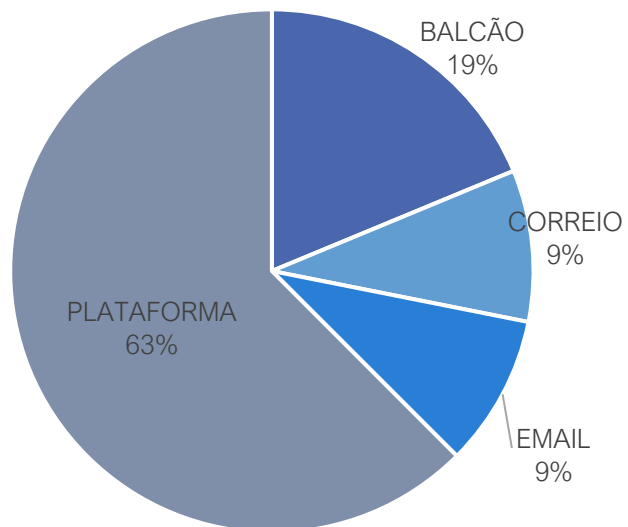
Diretor

Municipal

Análise de Dados

28 participações recebidas (+ 1 fora de prazo)

BALCÃO	CORREIO	EMAIL	PLATAFORMA PARTICIPAÇÃO
6	3	3	20



GAF. ENCARNAÇÃO	GAF. NAZARÉ	GAF. CARMO	ÍLHAVO – S. SALVADOR	MUNICÍPIO
8	1	0	18	1



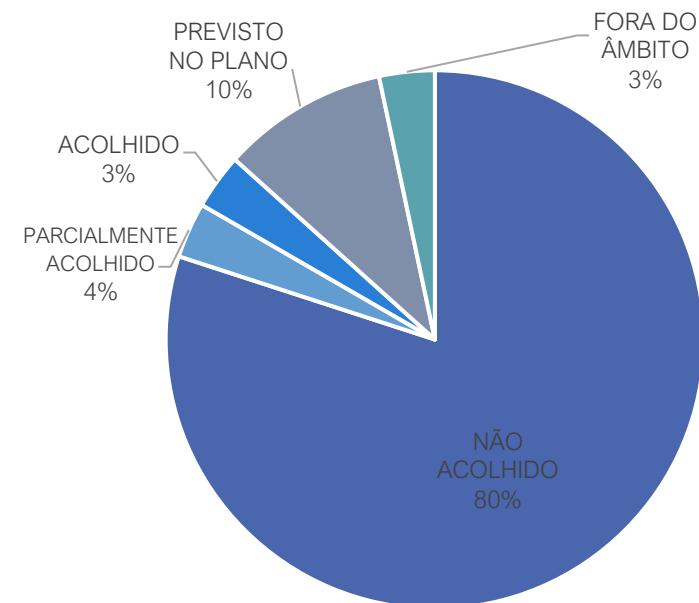
ilhavo

Câmara Municipal

Plano
Diretor
Municipal

Resultados da Ponderação

TEMA	ASSUNTOS / N.º PARTICIPAÇÕES
NORMAS REGULAMENTARES	<ul style="list-style-type: none"> Anexos - 1 Restrições POC-OMG - 1
CLASSIFICAÇÃO DO SOLO	<ul style="list-style-type: none"> Classificação de solo rústico para solo urbano - 17 Perda de capacidade de edificabilidade face ao PDM em vigor / reclassificação para solo urbano - 2 Frente Urbana e Faixas de Salvaguarda / POC-OMG - 4
INFRAESTRUTURAS	<ul style="list-style-type: none"> Vias - 2 Equipamentos e Infraestruturas – 1 (req. solo)
EDIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Habitação - 18 Atividade Económica - 2
CONDICIONANTES	<ul style="list-style-type: none"> REN - 3 RAN - 6 REN + RAN - 7



Termos de Referência

- conformação com o novo quadro legal
- atualização das condicionantes
- reavaliação das UOPG definidas
- alterações pontuais
- revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Mota
- integração da proposta de Alteração do PDM no âmbito do POC-OMG
- republicação do Regulamento

ACOLHIDO	PARCIALMENTE ACOLHIDO	NÃO ACOLHIDO	PREVISTO NO PLANO	FORA DO ÂMBITO
1	1	24	3	1



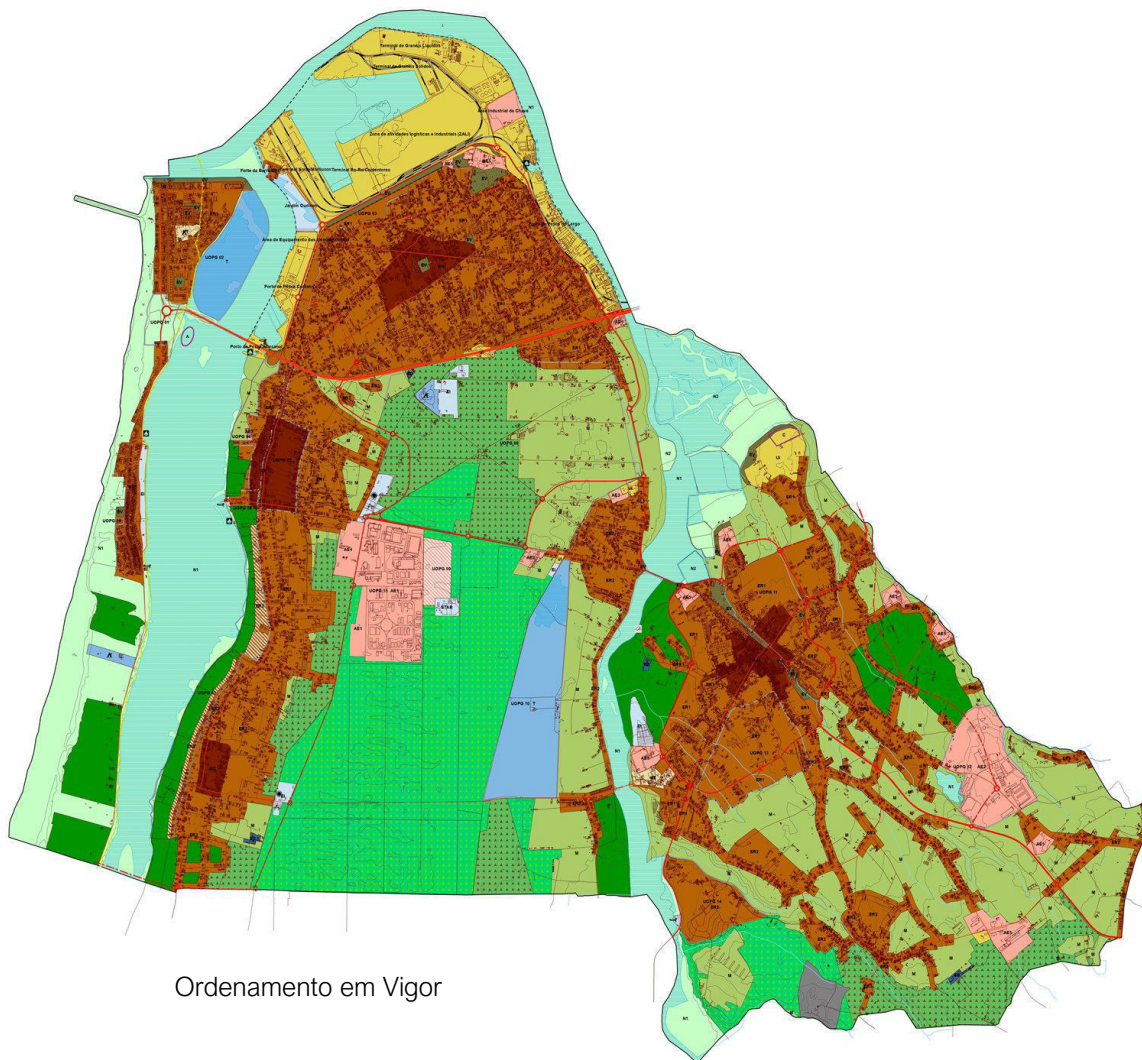
ilhavo

Câmara Municipal

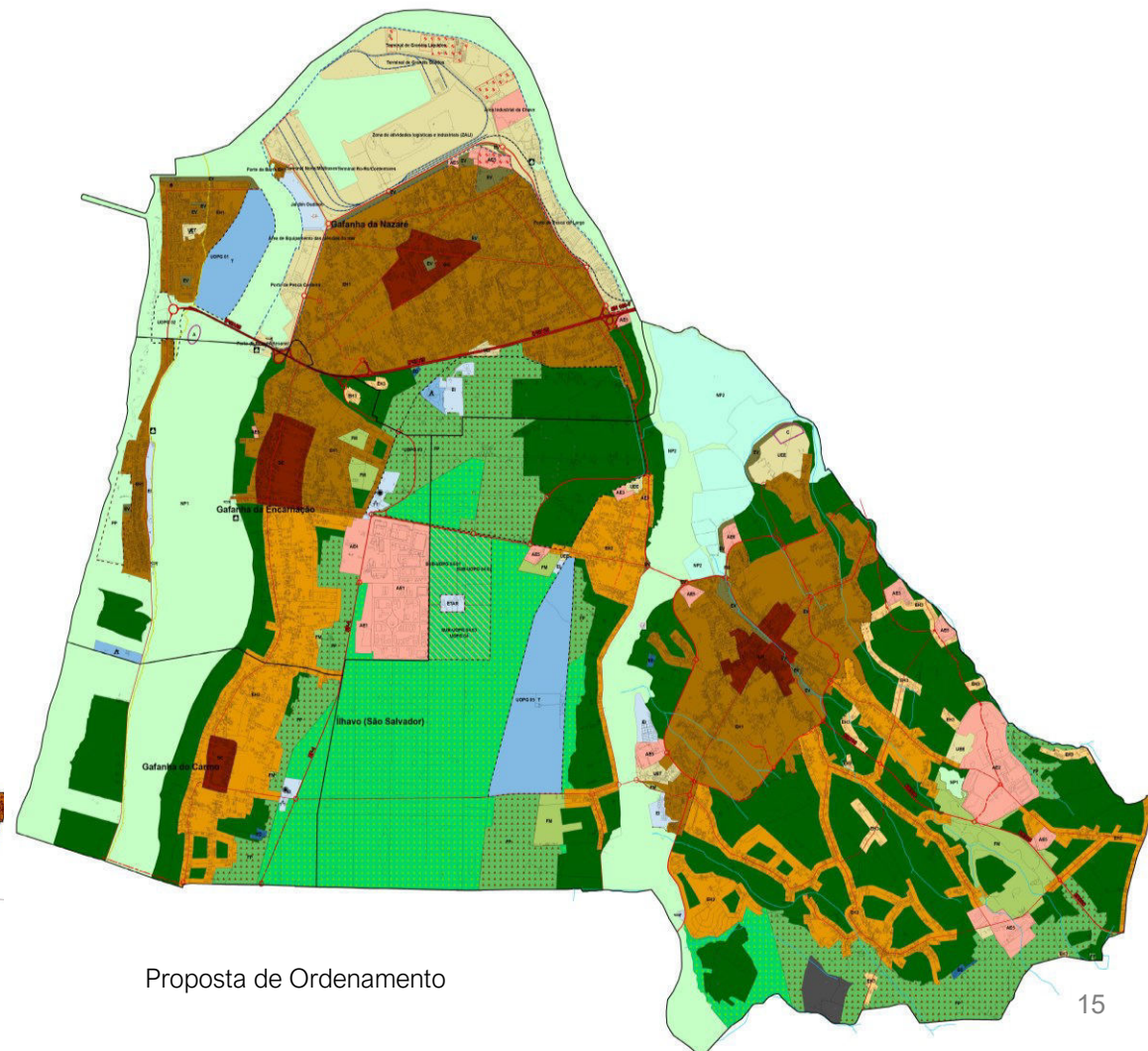
Plano
Diretor
Municipal

Planta de Ordenamento

Classificação e Qualificação do Solo



Ordenamento em Vigor



Proposta de Ordenamento

Pós Discussão Pública

Próximas Etapas

- Divulgação dos resultados da Discussão Pública [Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial, Comunicação Social, Página internet Câmara Municipal de Ilhavo, Gabinete de Atendimento Geral] – a decorrer
- Aprovação Assembleia Municipal de Ilhavo
- Submissão Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial [publicação em Diário da República e depósito na Direção-Geral do Território]
- Envio CCDR-C
- Emissão de Declaração Ambiental [envio ERAE]
- Disponibilização Página internet CMI + Boletim Municipal



ilhavo

Câmara Municipal

Plano
Diretor
Municipal

Conteúdo Documental | Peças Escritas e Desenhadas

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PLANO

REGULAMENTO

PL. ORDENAMENTO – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

PL. ORDENAMENTO – FAIXAS DE PROTEÇÃO E SALVAGUARDA

PL. ORDENAMENTO – ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

PL. CONDICIONANTES – SERVIDÕES E OUTRAS RESTRIÇÕES PÚBLICAS

PL. CONDICIONANTES – PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO RURAL

OUTROS ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM O PLANO

CARTA EDUCATIVA

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM O PLANO

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA ALTERAÇÃO

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO P DA CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS UOPG

RELATÓRIO QUE FUNDAMENTA A ALTERAÇÃO NO ÂMBITO DO POC-OMG

RELATÓRIO DOS COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO

RELATÓRIO AMBIENTAL E RESUMO NÃO TÉCNICO

FICHA DE DADOS ESTATÍSTICOS

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DE PARECERES

PLANTA DAS ÁREAS OBJETO DE AVALIAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

PLANTA DAS ÁREAS OBJETO DE ALTERAÇÕES PONTUAIS

PLANTA DAS UOPG EM VIGOR

PLANTA DE AVALIAÇÃO DAS UOPG

PLANTA DAS UOPG PROPOSTAS

PLANTA DOS COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

PLANTA DA CLASSIFICAÇÃO VIÁRIA

PLANTA DA HIERARQUIA VIÁRIA E FERROVIÁRIA

PLANTA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

PLANTA DA REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

PLANTA DA REDE ELÉTRICA

PLANTA DA REDE DE GÁS

PLANTA DA REDE CICLÁVEL

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Questões Decorrentes do Procedimento

- identificação de situações que necessitam de maior ponderação, análise mais detalhada e profunda
- necessidade concreta de Procedimento de Revisão já identificada tecnicamente
 - [questões estratégicas,
 - desadequação face às dinâmicas do território,
 - desadequação face às intenções de planeamento
 - necessidade de revisão e ponderação de parâmetros
 - necessidade de implementação de novas dinâmicas no território...]
- algumas participações remetem também para a necessidade de Revisão
- cumprir as exigências legais tendentes a um procedimento do género
 - [elaboração de um Relatório do Estado do Ordenamento do Território, nos termos do RJIGT]
 - [procedimento com tramitação própria, Discussão Pública e Aprovação pela Assembleia Municipal de Ilhavo]
- intenção de **iniciar de procedimento de Revisão**

Alteração Plano Diretor Municipal

Assembleia Municipal de Ílhavo
Sessão Ordinária de 10 de fevereiro de 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Fevereiro Reunião de 17FEV2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			✕
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			✕
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			✕
António José Flor Agostinho			
André Filipe Casqueira Guimarães			✕
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			✕
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves	substitui (365 dias)		
Sara Marina Tomé Fernandes	substitui (305 dias)		✕
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		✕
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		✕
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
Pedro Labrincha da Rosa Novo	suspensão 305 dias		
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			✕
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			✕
Pedro Miguel Cristo Graça			
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			✕
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			✕
Daniela Ribeiro Alegria			✕
João Pedro Ribau Casqueira			
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		✕
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			✕
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			
António Pedro Oliveira Martins			✕
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			✕
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			✕
Modesto Manuel dos Santos	substitui (365 dias)		
Sara Daniela Silva Pinho	RENÚNCIA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			✕

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		✓
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		✗
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		✗
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		✗
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		✗
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		✗
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		✗
SUBSTITUIÇÕES			
Carlos Pedro da Silveira Coelho Ferreira (substitui António José Flor Agostinho)	PSD		✗
Diana Carolina de Jesus Santos Luzio Alves (substitui Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves)	PSD		✗
Gabriel de Almeida Fernandes (substitui Modesto Manuel dos Santos)	PS		✗
Mariana da Silva Lopes (Pedro Miguel Cristo Graça)	UPF		✗
Rui Manuel da Rocha Rufino (João Pedro Ribau Casqueira)	UPF		✗
Carlos António das Neves Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, José Falcão Ribeiro Arvins	Junta Freguesia da Gafanha da Nazaré		✗

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Mandato suspenso (305 dias a partir de 15 junho 2022): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2023): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Ílhavo, 17 de fevereiro de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Unidade de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO (reunião de 17 de fevereiro de 2023)

Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a segunda reunião da referida Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 5. Alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM). O ponto foi **APROVADO**, por **MAIORIA**, com 10 votos a favor (8 UPF; 1 CHEGA; 1 PSD), 8 abstenções (8 PSD) e 7 votos contra (6 PS; 1 PSD).

Ponto 6. 4.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia - 2022. Deliberado **TOMAR CONHECIMENTO**.

Ponto 7. Deliberações da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo de 14 de dezembro de 2022. Deliberado **TOMAR CONHECIMENTO**.

*Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 17 de fevereiro de 2023, respeitante à Sessão Ordinária de Fevereiro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.*

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2023.02.20 13:54:50+00'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E
ABREU ARAUJO DA SILVA**
Num. de Identificação: 07260530
Data: 2023.02.20 14:17:00+00'00'

Miguel Pedro Araújo